DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIV

Florianópolis, 1º de outubro de 1957

NÚMERO 5.950

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 480

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica retificado o decreto n. 462, de 9 de setembro de 1957, que criou uma Escola isolada no distrito de Inglêses, município de Florianópolis, na parte referente ao nome da localidade, que deverá ser Muquém do Rio Vermelho, e não como consta no referido decreto.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 27 de setembro de 1957.

JORGE LACERDA
Rubens Nazareno Neves

(Reproduzido por ter saído com erro no original).

DECRETO N. 481

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo terceiro pecúlio, no valor de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.290 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quatrocentos e oitenta e um mil e novecentos cruzetiros (Cr\$ 1.481.900,00) de pecúlios pagos, à herdeira do professor Jorge Malsomatte, falecido em 23 de julho de 1957.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de setembro de 1957.

JORGE LACERDA
Rubens Nazareno Neves

DECRETO N. 482

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo quinto pecúlio, no valor de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.290 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quinhentos e vinte e um mil e novecentos cruzetiros (Cr\$ 1.521.900,00) de pecúlios pagos, aos herdeiros da professora Luiza Maria Vieira, falecida em 9 de setembro de 1957.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de setembro de 1957.

JORGE LACERDA
Rubens Nazareno Neves

DECRETO N. 483

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo quarto pecúlio, no valor de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.290 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quinhentos e um mil e novecentos cruzetiros (Cr\$ 1.501.900,00) de pecúlios pagos, à herdeira da professora Lorena Fredclina de Lima, falecida a 8 de junho de 1957.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de setembro de 1957.

JORGE LACERDA
Rubens Nazareno Neves

DECRETO N. 484

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo segundo pecúlio, no valor de vinte mil e quinhentos cruzetiros (Cr\$ 9.500,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.290 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quatrocentos e sessenta e um mil e novecentos cruzetiros (Cr\$ 1.461.900,00) de pecúlios pagos, aos herdeiros da professora Olga Scheffer, falecida a 10 de julho de 1956.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de setembro de 1957.

JORGE LACERDA
Rubens Nazareno Neves

Decreto, de 26 de agosto de 1957
O GOVERNADOR RESOLVE
Demitir, a bem do serviço público:
De acordo com o art. 283, item VI,

da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, e com as conclusões do Relatório que acompanhou o inquérito administrativo instaurado pela portaria reservada da Se-

cretaria da Fazenda, datada de 1º de julho do corrente ano:
Hélio Willy Fauth do cargo da classe A-7 da carreira de Escrivão, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Posto de Arrecadação de Pinheiro Preto, município de Videira, como Encarregado.

Decreto de 29 de agosto de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, "ex-officio":

De acordo com o art. 75, item II, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Darci Luz, ocupante interino do cargo da classe A-7 da carreira de Escrivão, do Quadro do Poder Executivo, para a Coletoria de Criciúma, ficando dispensado da de Videira.

Decreto de 30 de agosto de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o art. 13, item II, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

José de Almeida Bastos para exercer o cargo de Dourador, padrão I-6, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Imprensa Oficial do Estado, na vaga decorrente da exoneração de Eno Medeiros.

Decretos de 2 de setembro de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear, por concurso:

De acordo com o art. 13, item II, combinado com o art. 14, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Nilza Melo para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Arlete Batista Nunes da Silva para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de João Guedes da Fonseca Neto.

Edith Pinheiro de Freitas para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Osvaldina Maria Duarte.

Lygia da Silva d'Ávila para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Érico Botelho de Abreu.

Roberto Grillo Cúneo para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Ulisses Catarinense da Silva.

Lutéria das Neves Barcelos para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Victor Testa.

Maurílio Lopes da Silva para exercer o cargo da classe A-11 da carreira

de Estatístico, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Eny Pereira do Nascimento.

Frederico Manoel da Silva Neto para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Lauro Soncini para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Consuelo Olinger Vieira para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Osmarina Mafra Vieira para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Horst Luerders para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Jacob de Souza Filho para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Marlith Teresinha Souza para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Júlio Cesar Santana Veras para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Lucy Brito da Luz para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Zury Machado para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Marlene Rosar para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Mércia Nelcina Rosar para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Ema Ely Rupp para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Tanuy Tavares para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Zilá Nicolich da Silva para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração

As assinaturas do "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares Cr\$ 150,00
 Funcionários Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Fede-se o subsídio de renová-la com antecedência de 30 dias.

Serão aceitos para publicação só-

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR
 PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
 Telefones: Diretor — 3079 — Portaria — 2688

mente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressalvados, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita por

telegramas, somente sendo levada a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertencentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

de Iponá Palma Ribeiro.

Zélia Maria Soncini para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de Hélcio Bianchini Góes.

João Guedes da Fonseca Neto, para exercer o cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística, vago em virtude da exoneração de João Paulo Rodrigues.

Hilda dos Santos Collaço, para exercer o cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício no Departamento Estadual de Estatística.

Exonerar, "ex-officio":

De acôrdo com o art. 23, alínea c, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Tanuí Tavares do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Ena Ely Rupp do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Mércia Nelcina Rosar do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Marlene Rosar do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Zury Machado do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Lucí Brito da Luz do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Júlio Cesar de Santana Veras do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Marlith Teresinha de Souza do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Jacob de Souza Filho do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Horst Lueders do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Osmarina Mafra Vieira do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento

Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Consuelo Olinger Vieira do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Erico Botelho de Abreu do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Lauro Soncini do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Frederico Manoel da Silva Neto do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Nilza Melo do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

João Paulo Rodrigues do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Eny Pereira do Nascimento do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Hélcio Bianchini Góes do cargo da classe A-11 da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que exerce interinamente.

Osvaldina Maria Duarte do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Ulisses Catarinense da Silva do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Victor Testa do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

Hilda dos Santos Colaço do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, que ocupa interinamente.

De acôrdo com o art. 101, item II, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

João Guedes da Fonseca Neto do cargo da classe A-6 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, por ter sido nomeado para exercer outro cargo público.

Zélia Maria Soncini do cargo da classe B-7 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, por ter sido nomeada para exercer outro cargo público.

Zilá Nicolich da Silva do cargo da classe C-8 da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, por ter sido nomeada para exercer outro cargo público.

Decretos de 16 de setembro de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Tornar sem efeito:

O decreto datado de 29 de junho do corrente ano, que removeu José Rodrigues de Araújo, ocupante do cargo da classe A-12 da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro do Poder Executivo, para a 15ª Zona Fiscal, com sede em Brusque.

Remover, "ex-officio":

De acôrdo com o art. 75, item II, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Alaor Pires, ocupante interino, do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 64ª Zona Fiscal, com sede em Curitiba, para a Inspetoria Regional da 8ª Região, com sede em Lajes.

Ernani Santana, ocupante interino, do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 10ª Zona Fiscal, com sede em Biguaçu, para a 2ª Zona Fiscal, com sede em Florianópolis.

Arí da Luz Pereira, ocupante interino, do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 47ª Zona Fiscal, com sede em Herval d'Oeste, para a 56ª Zona Fiscal, com sede em Xanxerê.

Armando Viana Carneiro, ocupante interino, do cargo da classe A-12 da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro do Poder Executivo, da 12ª Zona Fiscal, com sede em Itajaí, para a 15ª Zona Fiscal, com sede em Brusque.

Alexandre Joaquim Figueredo, ocupante interino, do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 34ª Zona Fiscal, com sede em São Francisco do Sul, para a 32ª Zona Fiscal, com sede em Joinville.

Pacifico Guimarães Batista, ocupante do cargo da classe B-9 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 62ª Zona Fiscal, com sede em Cêro Negro, para a 61ª Zona Fiscal, com sede em Lajes.

Célio Soares, ocupante do cargo da classe B-9 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 2ª Zona Fiscal, com sede nesta Capital, para a Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda.

Raul Soares Pires, ocupante do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, da 54ª Zona Fiscal, com sede em Chapecó, para a 64ª Zona Fiscal, com sede em Curitiba.

Exonerar, "ex-officio":

De acôrdo com o art. 101, item II, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Walter Ernani Olinger do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder

Executivo, que ocupa interinamente, por ter sido nomeado para exercer outro cargo público.

Gelson Serpa do cargo da classe A-8 da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro do Poder Executivo, que ocupa interinamente.

Decreto de 24 de setembro de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Tornar sem efeito:

O decreto datado de 1º de setembro do corrente ano, que designou Sival Batista, ocupante do cargo da classe A-12 da carreira de Coletor, do Quadro do Poder Executivo, para responder pela escrivania da Coletoria de Lajes.

Portaria de 4 de julho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Antônio Mansueto de Almeida Coelho, ocupante do cargo da classe C-12 da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Tesouro do Estado, para exercer a função de Encarregado de Serviço de Fôlhas de Pagamento, FG-10, criada pelo decreto n. 299, de 30-4-57.

Portarias de 6 de setembro de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acôrdo com o art. 134, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A Julieta Gonçalo da Silva, ocupante da função de Auxiliar de Escritório, referência X, com exercício na Coletoria Estadual de Itajaí, de 180 dias, a contar de 21 de junho do corrente ano.

A Dalva Tôres Polli, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, do Quadro do Montepio dos Funcionários Públicos, de 90 dias, a contar de 6 de julho do corrente ano.

De acôrdo com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Teresinha Maria Benetti Port, ocupante interina do cargo da classe A-5 da carreira de Auxiliar de Coletoria, do Quadro do Poder Executivo, de 120 dias, a contar de 15 de março do corrente ano.

Conceder licença, em prorrogação:

De acôrdo com o art. 134, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A Alda Fernandes Mendonça, ocupante do cargo da classe B-7 da carreira de Escriturário, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Tesouro do Estado, de 60 dias, a contar de 24 de julho do corrente ano.

Portaria de 23 de setembro de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Dispensar:

Alberto Prá das funções de Subdelegado de Polícia do distrito de Águas Brancas no município de Bom Retiro.

SECRETARIAS DE ESTADO

INTERIOR E JUSTIÇA

Portaria de 27 de setembro de 1957

O SECRETÁRIO, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Fôr à disposição:

Da Escola Profissional Feminina desta Capital, a Encarregada de Serviço, referência XVI, Nilda Neves de Souza.

APOSTILA

No título de promoção do dr. Ataliba Cabral Neves, Promotor Público da comarca de Tubarão, foi lavrada a seguinte: Ao portador do presente título são asseguradas as vantagens do artigo 4º, da lei n. 1.695, de 8 de agosto de 1957. Secretária do Interior e Justiça, em Florianópolis, 12 de setembro de 1957. A. C. de Carvalho, Secretário da Viação e Obras Públicas, resp. pelo exp. Secretária Interior e Justiça.

No título de nomeação de Arno Schmidt, Escrivão do Juízo de Menores, foi lavrada a seguinte: O portador do presente título, nos termos do parágrafo único, do artigo 403, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952, passa a perceber os vencimentos do nível FJ-7, por efeito do artigo 6º, letra c, da lei n. 1.700, de 20 de agosto de 1957. Secretária do Interior e Justiça, em Florianópolis, 11 de setembro de 1957. A. C. de Carvalho, Secretário da Viação e Obras Públicas, respondendo pelo expediente da Secretária do Interior e Justiça.

No título de readmissão do sr. Agenor Viana Carneiro, Juiz de Direito da comarca de Orleans, foi lavrada a seguinte: Ao portador do presente título são asseguradas as vantagens do artigo 2º, da lei n. 1.695, de 8 de agosto de 1957. Secretária do Interior e Justiça, em Florianópolis, 12 de setembro de 1957. A. C. de Carvalho, Secretário da Viação e Obras Públicas, respondendo pelo expediente da Secretária do Interior e Justiça.

No título de remoção do dr. João Tomaz Marcondes de Mattos, Juiz de Direito da comarca de Tubarão, foi lavrada a seguinte: Ao portador do presente título são asseguradas as vantagens do artigo 2º, da lei n. 1.695, de 8 de agosto de 1957. Secretária do Interior e Justiça, em Florianópolis, 12 de setembro de 1957. A. C. de Carvalho, Secretário da Viação e Obras Públicas, resp. pelo exp. Secretária do Interior e Justiça.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Portaria de 25 de setembro de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Transferir:

Por conveniência do serviço, as férias do Vigilante Alcides Brito Monteiro, do mês de setembro para o de dezembro do corrente ano.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Edital

De ordem do senhor diretor, em exercício, e de acordo com o artigo 312, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, convido a dra. Eir da Luz Brognoli, ocupante, interina, do cargo da classe A-13 da carreira de Laboratorista, do Quadro do Poder Executivo, a se apresentar a esta Diretoria, dentro do prazo de 20 dias, a partir de hoje, sob pena de ser demitida por abandono do cargo, na conformidade do artigo 282, da referida lei, visto estar faltando ao serviço, sem causa justificada, desde 1º de setembro recém findo.

A fim de que chegue ao conhecimento da referida funcionária, para fins de prova de existência de força maior ou de coação ilegal, nos termos do parágrafo único do artigo 312, da lei em referência, lavro o presente edital, que será publicado no "Diário Oficial" de Florianópolis, 1º de outubro de 1957.

Arl Ramos Castro, Oficial Adm. classe E-16, enc. do Expediente.

Portaria de 23 de setembro de 1957

O DIRETOR, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Maria Medeiros Raimundo, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência VII, com exercício no Posto de Saúde de Imaruí, de 45 dias, a contar de 9 de julho do corrente ano.

Portaria de 26 de setembro de 1957

O DIRETOR, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Dispensar:

O doutor Carlos Netto Leite da função de Delegado de Higiene do município de Piratuba, por haver transferido de residência para outra localidade.

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1957

Saldo do dia 27 (Em Caixa)	Cr\$ 3.876.187,70
Recebimentos	4.775.297,70
	Cr\$ 8.651.485,40
Pagamentos	5.977.408,10
Saldo para o dia 28 (Em Caixa)	2.674.077,30
	Cr\$ 8.651.485,40

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	617.657,80	4.973,00	985.413,00	1.066.033,50	2.674.077,30
Em Bancos	5.027.653,70	91.953.124,10	10.491.524,90	466.180,50	107.936.483,10
TOTAIS	5.645.311,50	91.958.097,10	11.476.937,80	1.532.214,00	110.612.560,40

Flávio Filomeno
Enc. ContrôlêAldício J. Alves
Pelo Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Edital

De ordem do senhor engenheiro diretor de Obras Públicas do Estado, faço público, para conhecimento dos interessados, que se acha a venda, em concorrência, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste, um cavalo considerado sem utilidade para os serviços desta Diretoria.

O cavalo em apreço poderá ser examinado pelos interessados no Campo do Manejo no local do Novo Instituto de Educação, durante o horário normal de serviço da D. O. P., das 7 às 11 horas e das 12 às 17 horas.

Os interessados deverão remeter suas propostas em envelopes fechados, dirigidos a esta Diretoria de Obras Públicas, sita à rua Vidal Ramos, n. 76, nesta, declarando, expressamente, qual a quantia que oferecem, para pagamento dentro de 48 horas, após o julgamento definitivo da concorrência.

A abertura das propostas dar-se-á às 15.30 horas do dia 15 de outubro p. vindouro, no gabinete do diretor de Obras Públicas, na presença dos interessados.

Assiste a esta Diretoria de Obras Públicas o direito de recusar todas as propostas, caso nenhuma delas satisfizesse aos interesses da mesma.

Diretoria de Obras Públicas, em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.

Aizira Scholz Falsa, oficial administrativo, A-9.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

De ordem do sr. diretor da Diretoria de Obras Públicas do Estado, comunico que serão aceitas, na portaria desta Diretoria, até o dia 28 de outubro do corrente ano, às 15 horas, propostas para fornecimento de 6.600 m² de tacos escotilhados, de 1ª qualidade, tamanho 7x21,

de canela ou imbúia escura e peroba clara, espessura 20 centímetros, secos, na proporção de 50% de cada tipo, destinados à construção do "Edifício das Diretorias".

As propostas deverão citar claramente o preço unitário, por metro quadrado (m²), preço total, descontos concedidos, prazo de entrega, impostos que recaiem sobre o material, nome da fábrica que fornecerá o material, firma e local do faturamento e outras indicações que melhor esclareçam a proposta.

As propostas deverão ser acompanhadas de um atestado de idoneidade financeira do proponente.

As propostas deverão vir acompanhadas de amostras do material a ser fornecido.

O material deverá ser fornecido "pós-to em obra", devendo, para tanto, os preços unitários ofertados englobarem todas as despesas para entrega do material, no local da obra.

As propostas deverão ser entregues em envelopes fechados e devidamente lacrados, com a indicação na sobrecarta, "propostas para o fornecimento de tacos para construção do "Edifício das Diretorias" e indicar o nome do proponente. O não cumprimento de qualquer uma das condições do edital, implicará na desclassificação da proposta.

Reserva-se a Diretoria de Obras Públicas do Estado, o direito de não aceitar nenhuma das propostas recebidas, se não convier aos interesses do Estado.

As dúvidas, porventura, oriundas, serão esclarecidas pela seção técnica da Diretoria de Obras Públicas, durante o horário do expediente.

As propostas recebidas serão abertas no dia 28 de outubro de 1957, às 15.30 horas, no gabinete do diretor, na presença dos interessados.

Diretoria de Obras Públicas, em Florianópolis, 24 de setembro de 1957.

Aizira Scholz Falsa, Oficial Administrativo A-9.

(10-7)

(8.685)

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1957

Saldo do dia 26 (Em Caixa)	Cr\$ 4.184.757,60
Recebimentos	4.276.128,60
	Cr\$ 8.460.886,20
Pagamentos	4.584.968,50
Saldo para o dia 30 (Em Caixa)	3.876.187,70
	Cr\$ 8.460.886,20

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	953.746,50	4.973,00	1.949.048,60	968.419,60	3.876.187,70
Em Bancos	9.599.389,60	91.953.124,10	9.491.524,80	466.180,50	111.510.219,00
TOTAIS	10.553.136,10	91.958.097,10	11.440.573,40	1.434.600,10	115.386.406,70

Regível
Pelo Encar. do ContrôlêAldício J. Alves
Pelo Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Concurso de prova para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro do Poder Executivo.

Faço público, para conhecimento dos interessados, que foram aprovadas por esta Comissão, as inscrições referentes ao concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro do Poder Executivo, dos seguintes candidatos:

- 1 — Zenilda Martins da Costa
- 2 — Ernani Luchi
- 3 — Fredolino Bernardo Schmidt
- 4 — Amaury Callado
- 5 — João Joaquim Miranda
- 6 — Olíndina da Luz Caminha
- 7 — Fernando Wendhausen Júnior

8 — Celso Higinio da Silva
2. Outrossim levo ao conhecimento do interessados, que o concurso acima referido será realizado de acordo com a seguinte escala:

Dia 3 de outubro de 1957 — Prova de sanidade e capacidade Física;
Dia 4 de outubro de 1957, às 9 horas — Prova de Português;
Dia 4 de outubro de 1957, às 15 horas — Prova de Matemática.

3. As provas serão realizadas no Departamento de Saúde Pública.

4. Ficam os candidatos convidados a vir receber os respectivos cartões de identidade, na sede desta Comissão.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 24 de setembro de 1957.

Dante De Patta, presidente.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

INDÚSTRIA DE RELÓGIOS HERWEG S: A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:
Atendendo disposições estatutárias, temos o prazer de submeter à vossa apreciação o balanço geral, demonstração da conta lucros e perdas e demais documentos relativos às nossas atividades no decorrer do período de 1º de julho de 1956 a 30 de junho de 1957, já com a aprovação do honrado conselho fiscal.

Estes documentos expressam a situação real da firma, entretanto estaremos ao inteiro dispor de vv. ss. para quaisquer outros esclarecimentos.

Timbó, 29 de agosto de 1957.

Otto Herweg, diretor-gerente.
Hans Lorenz, diretor.
Alfred Rudolph, diretor-técnico.

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 29 DE JUNHO DO ANO DE 1957

ATIVO			
Imobilizado			
Imóveis		35.722,90	
Estável			
Máquinas e acessórios	305.723,50		
Matrizes e acessórios	372.000,00		
Móveis e utensílios	18.300,00		
Ferramentas	21.305,20	717.328,70	
Disponível			
Caixa	37.204,20		
Títulos em cobranças	102.387,50		
Títulos a receber	11.404,30		
Títulos caucionados	255.138,70		
Títulos caucionados — 2	54.395,40		
Mercadorias	1.000.194,70		
Capital a realizar	1.557.000,00	3.017.724,80	
Conta de compensação			
Títulos endossados		89.883,90	
		Cr\$ 3.882.069,00	
PASSIVO			
Não exigível			
Capital	2.700.000,00		
Fundo de reserva legal	2.687,40		
Fundo de reserva livre	53.447,50		
Fundo de devedores duvidosos	42.000,00		
Fundo de depreciações	197.887,00	2.996.021,90	
Exigível			
Credores diversos			
Credores conta caução	186.319,00		
Credores — Bancos	191.905,50		
Credores — acionistas	220.863,90		
Credores — diversos	45.628,20		
Credores — fornecedores	147.281,60		
Dividendos a pagar	4.165,00	796.163,20	
Conta de compensação			
Títulos descontados		89.883,90	
		Cr\$ 3.882.069,00	

Timbó, 29 de agosto de 1957.

Otto Herweg, diretor-gerente.
Hans Lorenz, diretor.
Alfred Rudolph, diretor-técnico.
Hans Lorenz, guarda-livros n. 54.815.

DEMONSTRAÇÃO DE "LUCROS E PERDAS"

CRÉDITO			
Mercadorias		848.456,50	
		Cr\$ 848.456,50	
DÉBITO			
Comissões	35.507,60		
Depreciações	67.791,70		
Despesas gerais	343.606,50		
Fretes	10.294,40		
Impostos	42.646,40		
Juros e descontos	33.360,80		
Ordenados	234.443,00		
Taxa do Plano de Obras	7.945,60		
Seguros	19.103,60	794.699,60	
Distribuição do lucro:			
Fundo de reserva legal	2.687,40		
Fundo de reserva livre	4.904,50		
Fundo de devedores duvidosos	42.000,00		
Dividendos a pagar	4.165,00	53.756,90	
		Cr\$ 848.456,50	

Timbó, 29 de agosto de 1957.

Otto Herweg, diretor-gerente.
Hans Lorenz, diretor.
Alfred Rudolph, diretor-técnico.
Hans Lorenz, guarda-livros n. 54.815.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal, da Indústria de Relógios Her-

S/A. CASTELLI — COMERCIO E INDUSTRIA

Assembléa geral extraordinária CONVOCAÇÃO

Os abaixo-assinados, acionistas da S/A. Castelli — Comércio e Indústria, convidam os senhores demais acionistas da referida firma, para reunirem-se em assembléa geral extraordinária, na sede social, à Avenida Barão do Rio Branco n. 62, nesta cidade de Caçador, no dia 18 de outubro do corrente ano, às catorze horas, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Apreciação da carta demissionária do diretor sr. Arlindo Lambert e eleição do novo diretor;
2º — outros assuntos de interesse social.

Caçador, 18 de setembro de 1957.
Salvador S. Leal
Pedro Castelli
Artur Barichello
(3-2) (3135)

BUETTNER S. A. INDUSTRIA E COMERCIO

Assembléa geral ordinária CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de outubro do corrente ano, às 9 horas, na sede social, rua João Bauer, 425, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º) Leitura, discussão e aprovação do balanço geral, encerrado em 30 de junho de 1957, conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal;
2º) resolução sobre o previsto no art. 22, dos estatutos sociais;
3º) eleição do conselho fiscal e sua remuneração.

Brusque, 24 de setembro de 1957.
Bernardo Stark, diretor-presidente.
(3-3) (3.133)

OLIVEIRA FILHO S/A COMERCIAL

Assembléa geral extraordinária 1ª CONVOCAÇÃO

São convidados os srs. acionistas a comparecer à sede social, à rua Tte. Silveira, 24, no dia 5 de outubro de 1957, às 15 horas, a fim de, reunidos em assembléa geral extraordinária, deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

Alteração dos estatutos.
Aumento de capital.
Criação de mais um cargo na diretoria.
Florianópolis. (S.C.). 20 de setembro de 1957.

Oscar Pinto de Oliveira, diretor.
Odinaldo Pinto de Oliveira, diretor.
(3-2) (3146)

EMPRESA FLORIANÓPOLIS S. A. — TRANSPORTES COLETIVOS

Assembléa geral extraordinária EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas da Empresa Florianópolis S. A. Transportes Coletivos, para, em assembléa geral extraordinária, se reunirem na sede social, à Praça 15 de Novembro n. 11, nesta Capital, às 20 horas do dia 8 de outubro do corrente ano, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º) Reforma dos estatutos;
2º) aumento do capital social: verificação e efetivação;
3º) outros assuntos de interesse da sociedade.

Florianópolis, 19 de setembro de 1957.
Aldo Rocha, diretor-presidente.
(3-3) (3.141)

IRMAOS BRESSAN S. A. — INDUSTRIA E COMERCIO

Assembléa geral ordinária 1ª convocação

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em assembléa geral ordinária, no dia 30 de setembro do corrente ano, às quatorze (14) horas, na sede social, sita em Pinheiro Preto, município de Tangará, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º) Leitura, discussão e votação do relatório, balanço geral, demonstração da conta de "lucros e perdas" e parecer do conselho fiscal, referente ao exercício de 1º de julho de 1956 a 30 de junho de 1957;

2º) eleger os diretores para o novo mandato, com indicação dos respectivos cargos;

3º) fixação da remuneração da diretoria;

4º) eleger o conselho fiscal para o corrente exercício, seus suplentes e fixar-lhes os honorários;

5º) outros assuntos de interesse da sociedade.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26.9.1940.

Pinheiro Preto, 14 de setembro de 1957.

Reinaldo A. Bressan, dir.-presidente.
Avelino Bressan, dir.-gerente.
(3-2) (3.147)

JOAO THOMAZ DE SOUZA S. A. INDUSTRIA E COMERCIO

Assembléa geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas para a assembléa geral extraordinária desta sociedade, a realizar-se na sede social, à rua Gustavo Richard, n. 564, nesta cidade, no dia 22 de outubro do corrente ano, às 13 horas, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aumento do capital social.
2º — Reforma dos estatutos.

Laguna, 25 de setembro de 1957.
Aldo Bortoluzzi Souza, diretor-gerente.
(3-1) (3153)

weg S. A., tendo examinado com absoluto rigor, o balanço geral da sociedade e os documentos comprovantes do movimento social referente ao exercício social de 1957 (período de 1-7-56 a 30-6-57), acharam tudo em perfeita ordem e os serviços bem conduzidos, pelo que, são de parecer que os senhores acionistas, podem aprovar o citado balanço e demais documentos que comprovam as parcelas nele registradas.

Timbó, 29 de agosto de 1957.

Erwin Bahn
Roland Hansen
Oswaldo Kurtz, suplente
(3128)

MAQUINÁRIA RIO DO SUL S. A.

Ata da assembléa geral extraordinária

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete, às dez horas, na sede social, à rua Coelho Neto, 109, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os acionistas da firma "Maquinária Rio do Sul S. A.", representando a totalidade do capital social. Assumiu a presidência o acionista Antônio Naschenweng, diretor-residente da sociedade, como determina o art. 24 dos estatutos sociais e convidou a mim Hermelino Largura para secretário. Constituída assim, a mesa, e havendo número legal de acionistas, como se verifica de suas assinaturas às fls. um e verso do livro de presença, o sr. presidente declarou instalada a assembléa geral extraordinária que fôra regularmente convocada por anúncio publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, sob ns. 5.931, 5.932 e 5.933 em datas de 4, 5 e 6 do corrente mês de setembro, anúncio esse que é do teor seguinte: "Maquinária Rio do Sul S. A. Assembléa geral extraordinária. Convocação. São convidados os senhores acionistas da Maquinária Rio do Sul S. A. para se reunirem em assembléa geral extraordinária a se realizar no dia 14 de setembro de 1957, às dez horas, na sede social à rua Coelho Neto 109, a fim de deliberarem sobre o seguinte: I — Aumento do capital social; II — alteração dos estatutos sociais. Rio do Sul, 7 de agosto de 1957. (ass.) Antônio Naschenweng, diretor-presidente". Concluída a leitura do edital, o senhor presidente informou aos presentes que, em atenção à ordem do dia, passariam a ser lidas as propostas da diretoria referente ao aumento do capital social e alteração dos seus estatutos e o parecer do conselho fiscal que lhe era favorável, documentos esses que estão assim redigidos. Proposta da diretoria: Senhores acionistas: Os membros da diretoria desta sociedade após detido exame do patrimônio da sociedade à vista das possibilidades de negócios que se tem apresentado, acham conveniente a elevação do capital social em Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), cuja subscrição e integralização se processará em mercadorias, bens imóveis e móveis, créditos de acionistas e dinheiro. Assim, a firma Casa Arlindo Ltda. subscreverá e integralizará Cr\$ 3.034.000,00 (três milhões, trinta e quatro mil cruzeiros), com bens móveis e mercadorias; os acionistas concorrerão com seus créditos no montante de Cr\$ 2.478.000,00 (dois milhões, quatrocentos setenta e oito mil cruzeiros) para o aumento do capital. O acionista Antônio Naschenweng subscrive e integraliza Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) do aumento do capital, com um terreno contíguo à loja, para ampliação das atuais instalações e edificações e os Cr\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil cruzeiros), serão subscritos e integralizados em dinheiro, pelos acionistas. Desta forma, aprovado o aumento do capital, os estatutos sociais sofreram as seguintes alterações: Capítulo II. Do capital e das ações — Art. 4º — O capital social é de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), dividido em dez mil ações, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, todas ao portador e ordinárias. IV. Da diretoria. Art. 16 — § 5º — Compete, finalmente, ao diretor-gerente — Assinar juntamente com o diretor-presidente ou com outro diretor, duplicatas, letras de câmbio, e notas promissórias e os seus respectivos endossos, a correspondência e todo e qualquer outro documento, quer seja referente às operações bancárias ou de qualquer outra natureza". Sendo da real importância para a sociedade o aumento do capital, bem como a alteração dos estatutos, como indicados nesta proposta, a diretoria submeteu à aprovação da assembléa. Rio do Sul, 7 de agosto de 1957. (ass.) Antônio Naschenweng, Hermelino Largura, Fredol-

no Naschenweng e Arlindo Gadotti. Concluída a leitura da proposta da diretoria, procedeu-se a leitura do parecer do conselho fiscal que tem a seguinte redação. Parecer do conselho fiscal — Os membros do conselho fiscal da firma Maquinária Rio do Sul S. A., especialmente convocados para darem parecer sobre a proposta da diretoria relativo ao aumento do capital social em Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), são de parecer que a mesma, como é proposta, atende os interesses da Companhia, justificando-se, também, a alteração dos estatutos, pelo que recomendam à aprovação dos acionistas. Rio do Sul, 16 de agosto de 1957. (ass.) Hélio Westphalen, Octacílio Macedo e Nelson Abreu". Após a leitura dos documentos, o sr. presidente informou aos presentes que estava em discussão a proposta da diretoria e o parecer do conselho fiscal, submetidos a votos, verificou-se terem sido os mesmos aprovados por unanimidade de votos, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos. Em prosseguimento o sr. presidente informou aos presentes que a palavra estava livre para quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém pedisse a palavra, o sr. presidente informou aos presentes que nada mais havendo a tratar, a assembléa ia ser suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão foi a presente ata lida e achada conforme e aprovada por unanimidade e val ser assinada por todos os presentes, seguindo as assinaturas dos integrantes da mesa, que por sua vez encerram a folha n. um do livro de presença, tirando-se desta ata três cópias datilografadas para fins legais. (ass.) Antônio Naschenweng, Hermelino Largura, Fredolindo Naschenweng, Arlindo Gadotti, Osmar João de Souza, Paulo Herbst, Antônio dos Santos e Aldo Pereira dos Anjos". É a presente uma cópia extraída do próprio original constante as folhas um verso, a dois verso do livro de "atas das assembléas gerais" n. 1 da firma Maquinária Rio do Sul S. A." Rio do Sul, 14 de setembro de 1957. Hermelino Largura, diretor-gerente servindo de secretário.

Certifico, que o livro de atas das assembléas gerais fis. 24, acha-se devidamente selada com Cr\$ 36.000,00 conforme talão n. 260 e mais a taxa de Educação e Saúde. O requerimento pedindo averbação foi protocolado sob n. 1.657, de hoje. Coletoria das Rendas Federais em Rio do Sul, 19 de setembro de 1957. Pedro do Carmo Ramos, coletor substituto, classe J.

Reconheço verdadeira a assinatura supra de Hermelino Largura de que dou fé. Em testemunho DT. da verdade. Rio do Sul, 19 de setembro de 1957. Darci Tomio, escrevente juramentado.

N. 11.197 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 101,50 de selos federais e Cr\$ 2.002,00 estaduais por estampilhas, para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina em Florianópolis, 19 de setembro de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado em Florianópolis, 19 de setembro de 1957.
Eduardo Nicolich, secretário.

(3095)

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE ITÁ

CAPÍTULO I

Denominação, sede, duração e finalidades
Art. 1º — Associação Rural de Itá, constituída inicialmente pelos profissionais da agricultura, domiciliados no município, que assinam a ata da fundação, destina-se a ser o órgão local de representação e defesa da classe.

Parágrafo único — Para efeito deste artigo, é considerado profissional da agricultura aquele que exerce atividades rurais em qualquer de suas formas: agri-

cola, extrativa, pastoril ou de indústria rural; o técnico ligado a essa atividade; o proprietário, o arrendatário e o parcelero de estabelecimento rural.

Art. 2º — A Associação, de duração ilimitada, terá a sua sede na cidade de Itá, fóro jurídico na comarca de Concórdia e área territorial correspondente à do município.

Art. 3º — Constitue finalidades principais da Associação Rural:

a) congregar em seu seio todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive as extrativas de origem animal e vegetal;
b) colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;

c) articular os elementos da classe rural a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura em sua área territorial;

d) manter com as congêneres relações de cordialidade e cooperação;

e) organizar um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;

f) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio, a "Casa Rural de Itá" para a sede social;

g) criar serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender, perante a Federação respectiva, os interesses dos sócios;

i) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

j) difundir noções de higiene, visando a melhoria das condições do meio rural;

l) organizar museus ou exposições permanentes dos produtos locais de expressão econômica;

m) promover, pelos meios ao seu alcance, o ensino profissional de interesse agro-pecuário;

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

q) organizar serviços de arbitragem, e bem assim, de avaliação e peritagens;

r) executar, se essa tarefa lhe fôr cometida, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;

s) estimular a economia dos sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural e promovendo a constituição e o desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses;

t) realizar periodicamente, exposições municipais ou regionais, e

u) desempenhar atribuições que, por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 4º — A associação é constituída de número ilimitado de sócios, não podendo contudo esse número ser inferior a trinta (30), dentre os profissionais caracterizados no artigo 1º.

Art. 5º — São admitidas as seguintes categorias de sócios: contribuintes, remidos, beneméritos e correspondentes.

§ 1º — São sócios contribuintes as pessoas naturais ou jurídicas que, domiciliadas no município, forem propostas e aceitas em sessão de diretoria, e pagarem as contribuições previstas na tabela anexa.

§ 2º — São sócios remidos os que contribuírem de uma só vez com a importância correspondente a 20 anuidades de 22) mensalidades.

§ 3º — São beneméritos os sócios que tenham prestado à Associação serviços tão relevantes que a assembléa geral os julgue merecedores de tal título.

§ 4º — São sócios correspondentes as pessoas que, domiciliadas em outro município, colaborem com a Associação em assuntos do seu interesse.

Art. 6º — Só terão direito a votar o ser votados os sócios beneméritos, os remidos e os contribuintes quites e em pleno gozo de seus direitos, de acordo com estes estatutos.

§ 1º — O sócio correspondente é isento de pagamento de qualquer contribuição.

§ 2º — Desde que um sócio contribuinte receba o título de benemérito, a sua contribuição financeira será facultativa.

Art. 7º — Os sócios não respondem pelos compromissos assumidos pela Associação.

Art. 8º — São direitos dos sócios:

a) Votar e ser votado;

b) tomar parte nas assembléas e nelas apresentar, por escrito, qualquer proposta ou indicação, condizente com os fins da Associação, discutir e ser votado;

c) assistir a reuniões comuns da diretoria, nas quais poderá fazer qualquer proposta ou comunicação, podendo outrossim, tomar parte em discussões, se se tratar de matéria relevante ou se estiver em condições de prestar informações interessantes, a juízo da mesa;

d) fazer conferências de interesse da produção na sala de sessões da Associação;

e) beneficiar-se dos serviços que a Associação estiver habilitada a prestar e, nas condições em que esta o possa, inclusive quanto à organização de projetos, plantas e orçamentos de instalações agrícolas e quanto a fornecimentos de sementes, plantas, formicidas, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários, drogas, etc.;

f) fazer consultas e pedir informações de ordem agrícola comercial e industrial e, em geral, técnicas, acerca de assuntos concernentes à produção;

g) solicitar da Associação a defesa junto aos poderes públicos, de questões de caráter geral, embora de interesse local, uma vez que beneficiem os produtores de qualquer zona do país;

h) pedir o encaminhamento junto às repartições locais de processo do seu interesse e, os referentes a registros de marcas, de animais, de fazendas, junto à Federação respectiva;

i) pleitear, por intermédio da Associação, favores que sejam legitimamente conferidos aos produtores ou aos sócios desta, inclusive a fretes e transportes;

j) frequentar a bibliotecas;

l) pedir demissão do quadro social, uma vez quitado com a tesouraria;

m) gozar em geral das vantagens que lhe são concedidas por estes estatutos e regulamentos da Associação.

Art. 9º — A exclusão dos sócios dar-se-á:

a) Por vontade própria, mediante pedido de demissão estando quites;

b) por eliminação, pelo não pagamento das contribuições por mais de seis meses;

c) por expulsão, em virtude de falta grave a juízo da diretoria.

§ 1º — Da decisão da diretoria expulsando o sócio, caberá recurso para a assembléa geral.

§ 2º — O sócio que se retirar da Associação poderá em qualquer tempo, ser readmitido, a juízo da diretoria, desde que pague nova jóia.

§ 3º — O sócio eliminado por falta de pagamento das contribuições também poderá ser readmitido, pagando as contribuições atrasadas até a data da readmissão.

CAPÍTULO III

Da administração

Art. 10 — São órgãos de administração, a assembléa geral, a diretoria e a comissão fiscal.

Art. 11 — A diretoria compor-se-á de:

a) Presidente;

b) vice-presidente;

c) 2 secretários;

d) 2 secretários;

Art. 12 — Os membros da diretoria são eleitos por voto secreto, em assembléa geral e o seu mandato terá a duração de dois anos, podendo ser renovado.

Art. 13 — Compete à diretoria, coletivamente:

a) Exercer a administração da Associação;

b) conceder ou recusar a admissão de

sócios, bem como determinar a sua exclusão como recurso nos dois outros casos, para assembléias gerais;

- c) nomear os funcionários, fixando-lhes os vencimentos;
- d) autorizar as despesas superiores a cinco mil cruzeiros;
- e) tomar as medidas necessárias à realização das finalidades da Associação;
- f) promover comemorações cívicas e, nas datas próprias, realizar as festas da Ave e da Árvore;
- g) convocar, pelo seu presidente, as reuniões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral.

Art. 14 — A diretoria poderá reunir-se e deliberar com a maioria dos seus membros.

Do presidente

Art. 15 — O presidente é o executor das deliberações da diretoria e da assembléia geral e o representante legal da Associação perante a Federação das Associações Rurais e em juízo e fora d'ele, podendo nessa qualidade e com a aprovação da diretoria ou da assembléia geral, delegar poderes.

Art. 16 — Compete ao presidente:

- a) Convocar e presidir as reuniões da diretoria e da assembléia geral;
- b) abrir as sessões das assembléias gerais, e pedir a esta a indicação do respectivo presidente, quando se tratar de eleições ou tomada de contas;
- c) solucionar os casos de urgência submetendo-os em seguida à aprovação da diretoria;
- d) ordenar o pagamento de despesas autorizadas e autorizar despesas até o limite de cinco mil cruzeiros;
- e) assinar com o secretário as atas das sessões;
- f) assinar a correspondência da Associação com a Federação das Associações Rurais e demais órgãos da classe e com poderes públicos;
- g) assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores;
- h) tomar medidas ou praticar atos asseguratórios dos direitos e interesses patrimoniais da Associação, controlando e exigindo o cumprimento dos estatutos, regulamentos e deliberações dos órgãos da administração;
- i) apresentar anualmente à assembléia uma exposição das atividades da Associação;
- j) fixar as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria;
- k) nomear comissões de estudos;
- l) convocar as assembléias gerais;
- m) convocar a comissão fiscal;
- n) participar, pessoalmente ou por intermédio de um diretor, da assembléia geral da Federação das Associações Rurais.

Dos secretários

Art. 18 — São atribuições do 1º secretário:

- a) Atender ao expediente diário;
- b) ter sob sua guarda, devidamente organizado, o arquivo da Associação;
- c) redigir ou fazer redigir a correspondência e assinar aquela que não for da alçada do presidente;
- d) lavar ou fazer lavar as atas das reuniões da diretoria;
- e) organizar um serviço de informações e de pagamentos de impostos e outras obrigações tributárias, cobradas pelas repartições públicas;
- f) promover o levantamento do cadastro rural do município;
- g) superintender os demais serviços da secretaria.

Art. 19 — Ao 2º secretário, além da substituição do 1º, em seus impedimentos e faltas, caberá o encargo da biblioteca social e das publicações da Associação.

Dos tesoureiros

Art. 20 — São atribuições do 1º tesoureiro:

- a) Arrecadar as jóias, mensalidades, contribuições e demais rendas da Associação, assinando os respectivos recibos;
- b) assinar com o presidente os cheques

e demais papéis relativos ao movimento de valores;

- c) organizar o balanço anual e os inventários financeiros e patrimoniais da Associação;
- d) pagar as despesas autorizadas;
- e) prestar os esclarecimentos solicitados pela diretoria e pela comissão fiscal no seu setor de trabalho;
- f) depositar e retirar em bancos que a diretoria determinar, os valores sob a sua guarda.

Art. 21 — Compete ao 2º tesoureiro, além de substituir o 1º, em seus impedimentos e faltas, encarregar-se das atribuições de diretor da sede, podendo ser-lhe, nessa qualidade, atribuídas as tarefas da arrecadação e pagamento de despesas miúdas da Associação e de impostos e taxas por conta dos associados.

Art. 22 — Na diretoria terão assento como tais, os diretores dos núcleos filiados, que poderão discutir e votar quaisquer assuntos de interesse social.

Art. 23 — Perde automaticamente o mandato o diretor que não comparecer, sem justificações aceita, a três sessões consecutivas.

Art. 24 — São inelegíveis para os cargos de administração os sócios correspondentes, os menores de 21 anos, os analfabetos, os residentes fora da área territorial da Associação e os estrangeiros.

CAPÍTULO IV

Da comissão fiscal

Art. 25 — A comissão fiscal, eleita pelo mesmo prazo e pela mesma forma da diretoria, será composta de 3 membros efetivos e de 3 suplentes, sendo suas funções:

- a) Examinar os balancetes apresentados pela tesouraria;
 - b) examinar, sempre que o entender, a escrituração social e a documentação financeira da Associação e a respeito opinar;
 - c) examinar o balanço e contas anuais da diretoria e a respeito emitir parecer.
- Art. 26 — A comissão fiscal que na sua primeira reunião escolher o respectivo presidente, pode ser convocada:
- a) Pelo seu presidente;
 - b) pelo presidente da Associação;
 - c) pela maioria dos membros da diretoria;
 - d) por 2/3 dos sócios.

Art. 27 — Os membros efetivos da comissão fiscal, em caso de impedimento, renúncia, falecimento ou perda de mandato, serão substituídos pelos suplentes na ordem de antiguidade no quadro social.

CAPÍTULO V

Da assembléia geral

Art. 28 — A assembléia geral é o órgão soberano da Associação e se compõe de todos os sócios, no gozo de seus direitos, tendo a faculdade de resolver dentro da lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins das Associações.

Art. 29 — A assembléia geral ordinária, reunir-se-á na 1ª quinzena de novembro de cada ano para:

- a) Tomar conhecimento do relatório do presidente;
- b) discutir e votar o parecer da comissão fiscal sobre balanço, contas e atos do exercício anterior;
- c) propor a concessão do título benemérito;
- d) resolver, em grau de recurso, os casos de expulsão;
- e) discutir e resolver quaisquer assuntos de interesse da classe ou da associação.

Art. 30 — A assembléia geral ordinária ou extraordinária será sempre realizada em virtude da convocação do presidente, de acordo com estes estatutos ou a requerimento da diretoria ou ainda de 1/3 dos sócios, no pleno gozo de seus direitos.

§ 1º — Da convocação da assembléia extraordinária, deverão constar os motivos que a determinaram e os assuntos que devem ser tratados.

§ 2º — Nas assembléias extraordinárias é vedado a discussão da matéria estranha à convocação.

Art. 31 — A convocação da assembléia

geral ordinária ou extraordinária será feita com pelo menos 30 dias de antecedência, por meio de circulares e editais ou pela imprensa local, se houver.

Art. 32 — A assembléia geral ordinária ou extraordinária se constituirá funcionando e deliberando em primeira convocação com a presença da maioria e mais um dos sócios aptos, e na segunda, com qualquer número.

Parágrafo único — A segunda convocação far-se-á com intervalo de 10 dias, declarando-se que a assembléia funcionará qualquer que seja o número de sócios presentes.

Art. 33 — As deliberações da assembléia geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade, proibidos os votos de procuração.

Art. 34 — As votações serão simbólicas ou nominais salvo nas eleições e ainda quando a assembléia deliberar ao contrário.

Art. 35 — As sessões da assembléia geral ordinária ou extraordinária serão abertas e presididas pelo presidente em exercício, salvo no caso de tomada de contas e eleições, quando então este pedirá à casa a indicação de quem as deva presidir.

Parágrafo único — Os sócios que, convocados, não tiverem comparecido à assembléia, ficam considerados como tendo aprovado tudo quanto nelas tiver sido deliberado.

CAPÍTULO VI

Dos núcleos

Art. 36 — A Associação promoverá a fundação e o desenvolvimento de núcleos rurais nos distritos compreendidos em sua área territorial.

§ 1º — O núcleo rural é uma dependência da Associação, a ela subordinando-se economicamente e administrativamente.

§ 2º — O núcleo rural será localizado na sede dos distritos.

§ 3º — A Associação poderá permitir a instalação de mais de um núcleo por distrito, fixando-lhe então o centro povoado para a respectiva sede.

Art. 37 — A fundação dos núcleos depende da autorização da diretoria da Associação.

Art. 38 — Cada núcleo será administrado por um diretor designado pelo presidente da Associação, mediante aprovação da diretoria.

Art. 39 — A diretoria da Associação expedirá um regulamento pelo qual se orientará em sua gestão o diretor do núcleo.

CAPÍTULO VII

Dos fundos e patrimônios da Associação

Art. 40 — Os fundos e patrimônios da Associação serão constituídos:

- a) Das contribuições dos sócios;
- b) Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc.;
- c) de rendas de exposições e feiras realizadas pela Associação;
- d) das rendas patrimoniais;
- e) dos bens móveis e imóveis pertencentes à Associação;
- f) dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores.

Art. 41 — Os fundos disponíveis serão aplicados no custeio dos seus serviços.

§ 1º — Os saldos apurados no fim de cada exercício poderão ser aplicados na aquisição de títulos da dívida pública ou de bens imóveis, visando a construção e organização da "Casa Rural" do município.

§ 2º — É vedado o emprégo de fundos sociais em operações de caráter aleatório.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 42 — Os presentes estatutos poderão ser reformados em sessão da assembléia geral, para esse fim especialmente convocada com a presença de, pelo menos 2/3 de sócios na primeira reunião e qualquer número na segunda, sendo que as deliberações devem reunir 2/3 dos sócios presentes.

Art. 43 — O exercício de qualquer cargo administrativo será gratuito.

Parágrafo único — Em casos especiais a diretoria, com a aprovação da assembléia, poderá estabelecer uma gratifica-

ção "pro-labore", se assim exigir a natureza do trabalho de cada diretor.

Art. 44 — As vagas que por morte ou renúncia se verificarem na diretoria serão preenchidas por indicação do presidente e aprovação daquela, ad-referendum da 1ª assembléia geral ordinária, se não for julgada preferível a convocação da assembléia geral extraordinária.

Parágrafo único — No caso do número de vagas exceder de dois diretores ou faltas mais de seis meses para o término do mandato é obrigatório a convocação da assembléia.

Art. 45 — Esta Associação filiar-se-á à Federação das Associações Rurais, cumprindo-lhe, assim adaptar-se a normas e diretrizes da referida entidade.

Art. 46 — É vedada, na assembléia, a discussão de quaisquer questões de caráter religioso, pessoal ou político-partidário e a cessão de qualquer dependência social para reuniões de pessoas ou instituições enquadradas nesta proibição.

Art. 47 — A Associação será dissolvida quando assim o deliberar a assembléia geral extraordinária, para esse fim especialmente convocada, com a expressa autorização da Federação das Associações Rurais, e com a presença mínima de 2/3 na primeira convocação e de 1/3 na segunda.

Art. 48 — Deliberar a dissolução, o patrimônio e fundos sociais, terão o destino previsto em lei.

Art. 49 — Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ad-referendum da assembléia geral.

Tabela a que se refere o § 1º, do artigo 5º

Jóia — Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

Mensalidades — Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

O presente estatuto foram aprovados em 25 de novembro de 1956, e, com a ata de fundação e instalação, arquivados e registrados no Cartório de Registros de Títulos e Documentos.

Manoel V. Lopes, presidente.

André Alberto Arno Hall, secretário.

Reconheço verdadeiras as firmas supras dos srz. Manoel V. Lopes e André Alberto Arno Hall, do que dou fé. Em testemunho JUEH, da verdade, Itá, 26 de novembro de 1956. Jayme José Emílio Hall, escrivão de Paz, nas funções de tabelião.

(3045)

COVILLE S. A. — ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÕES

Assembléia geral ordinária

1ª CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para a assembléia geral ordinária, a realizar-se na sede social, à rua Araranguá, n. 514, nesta cidade de Joinville, no dia 30 de outubro do ano corrente, pelas dezesseis horas a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem de dia

1. Exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 29 de junho de 1956;
 2. Eleição do conselho fiscal e suplentes para o exercício social em curso;
 3. Interesse gerais.
- Joinville, 24 de setembro de 1957.
Witlich Freitag, diretor.
Egen Freitag, diretor.

Aviso

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

(3-3)

(3137)

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**

Certifico, em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número três mil duzentos e noventa e um (3.291), datado de vinte e cinco (25) de setembro do corrente ano, do senhor Etelvino Pedrassani, de passagem por esta Capital, que dos documentos registrados e arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta a ata de transformação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada "Pedrassani & Cia. Limitada", em sociedade anônima, sob a denominação de Auto-Pedrassani S. A., que tem o teor seguinte: Ata de transformação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada Pedrassani & Cia. Ltda., em sociedade anônima sob a denominação de Auto-Pedrassani S. A. Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, às vinte horas, na sede social da firma Pedrassani & Cia. Ltda., à rua Santa Catarina sem número, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, sociedade organizada conforme último instrumento registrado na Junta Comercial de Santa Catarina, em 12-6-1956, sob número 17.192, atendendo, a convocação do gerente, senhor Etelvino Pedrassani, compareceram os sócios quotistas da mesma, a seguir relacionados: 1) — Etelvino Pedrassani, brasileiro, casado, residente à rua Conselheiro Mafra s/n., na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. 2) — João Menegazzo, brasileiro, casado, residente à rua Santa Catarina, s/n., na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. 3) — Gentil Scipioni, brasileiro, solteiro, residente à rua Carlos Esperança, 36, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina; 4) — Onnio Pedrassani, brasileiro, casado, residente na Praia de Camboriú, município de Camboriú, Estado de Santa Catarina. 5) — Ivo Roman, brasileiro, casado, residente à rua Curitibaanos, s/n., na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. 6) — Iracy Lorenz Pedrassani, brasileira, casada, residente à rua Conselheiro Mafra, s/n., na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. 7) — Erilda Pedrassani Menegazzo, brasileira, casada, residente à rua Santa Catarina, s/n., na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. Achar-se-ão presentes também os srs. Lourenço Faoro, Darcy Zanella e Pedro Casfelli, que compareceram à reunião a convite do gerente, sr. Etelvino Pedrassani. Tomando da palavra, o sr. Etelvino Pedrassani, declarou que, a fim de evitar a contínua evasão de numerários, proveniente da retirada pelos sócios, de seus créditos provenientes de lucros auferidos e, tendo em vista a necessidade por parte da sociedade de elevar seu capital social, tornava-se necessário um aumento de capital aproveitando-se estes créditos. Tendo todos os sócios concordado, elevou-se o capital social para Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), o qual ficou assim distribuído: o sr. Etelvino Pedrassani que tinha uma quota de capital de Cr\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil cruzeiros), aumentou sua quota para Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros); o sr. João Menegazzo que tinha uma quota de capital de Cr\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil cruzeiros), aumentou sua quota para Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros); o sr. Gentil Scipioni que tinha uma quota de capital de Cr\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil cruzeiros), aumentou sua quota para Cr\$ 1.360.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta mil cruzeiros); o sr. Onnio Pedrassani que tinha uma quota de capital de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), aumentou sua quota de capital para Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros); o sr. Ivo Roman Ros, que tinha uma quota de capital de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), aumentou sua quota para Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros); a sra. Iracy Lorenz Pedrassani, que tinha uma quota de capital de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), aumentou sua quota para ...

Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); a sra. Erilda Pedrassani Menegazzo, que tinha uma quota de capital de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), aumentou sua quota para Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros). A seguir, o sr. Etelvino Pedrassani passou a expor as vantagens de se transformar, nos termos legais, em sociedade anônima, a atual sociedade por quotas de responsabilidade limitada que entre si mantinham, para o que, já havia preparado um projeto de estatutos, que desejava submeter à apreciação dos quotistas presentes. Manifestando-se favorável à ideia do gerente e, por sugestão deste, os presentes organizaram a mesa de trabalhos que deveria concretizar o projeto. Aclamados pelos presentes para presidir e secretariar os trabalhos, respectivamente, os srs. Etelvino Pedrassani e Gentil Scipioni, estes aceitaram a indicação de seus nomes e assumiram seus lugares. Constituída assim a mesa, o senhor presidente deu início aos trabalhos, pedindo ao senhor secretário para ler os estatutos em projeto, assim redigidos. Estatutos — Capítulo I — Da sociedade, sede, fins e duração. Art. 1º — Fica constituída, com os presentes estatutos, pela transformação do tipo jurídico da sociedade por quotas de responsabilidade limitada Pedrassani & Cia. Ltda., uma sociedade anônima sob a denominação de Auto-Pedrassani S. A., com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, e tem por objetivo o comércio de automóveis, caminhões, tratores, peças, acessórios, gasolina, lubrificantes, oficina mecânica e outros ramos que lhe convier. Parágrafo único — A sociedade poderá instalar filiais, dentro do país. Art. 2º — A duração da sociedade será por tempo indeterminado. Capítulo II — Do capital. Art. 3º — O capital social é de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), todo ele realizado e dividido em 1.500 (um mil e quinhentas ações ordinárias nominativas, do valor nominal de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) cada uma. Art. 4º — No caso de aumento de capital, os acionistas terão a preferência para a subscrição, na proporção das ações que possuírem. Parágrafo único — Entender-se-á que o acionista renunciou ao direito de preferência se não usar dele dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação do edital de chamada para a subscrição. Art. 5º — Aos acionistas fica reservado o direito de preferência para a compra das ações da sociedade oferecida a venda, em igualdade de condições. § 1º — Terão prioridade na compra, pela ordem, os acionistas que possuírem maior número de ações. § 2º — Os que quiserem vender suas ações, deverão avisar a diretoria, e esta, dentro de trinta (30) dias do aviso dará conhecimento aos demais para que decidam. § 3º — Se nenhum deles decidir dentro de trinta (30) dias, a contar do aviso da diretoria, cessará o direito e prioridade aqui conferidos. § 4º — As ações extravaviadas ou destruídas por agente de força maior, poderão ser substituídas por segundas vias, às expensas do respectivo titular. Capítulo III — Da assembleia geral. Art. 7º — As assembleias gerais serão constituídas pela reunião dos acionistas inscritos no livro "registro de ações nominativas", ou por seus representantes legais, e serão ordinárias ou extraordinárias, conforme o caso. Art. 8º — A assembleia geral ordinária reunir-se-á dentro do primeiro trimestre de cada ano, mediante convocação por avisos publicados pelo menos três vezes, no "Diário Oficial do Estado", e no jornal local, com a antecedência mínima de dez dias. Parágrafo único — A reunião da assembleia geral de acionistas convocadas extraordinariamente, precederão avisos publicados pela forma prevista no artigo anterior, com antecedência mínima de oito dias, para qualquer das convocações. Art. 9º — A verificação do comparecimento de acionistas, representando no mínimo um quarto ou dois terços do capital social, segundo for o caso, far-se-á pelo livro "presença de acionistas", assinado pelos que comparecerem. Art. 10 — As assembleias gerais serão presididas pelo acionista que

na ocasião for aclamado, mediante proposta de um dos diretores, designando outro para servir como secretário. Art. 11 — A eleição da diretoria, do conselho fiscal e seus suplentes, far-se-á por escrutínio secreto e na razão de um voto por ação. Art. 12 — As deliberações das assembleias gerais, em todos os casos e ressaltadas, apenas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Art. 13 — As atas das assembleias gerais serão lavradas logo após a uliminação das deliberações, e assinadas pela mesa e pelos acionistas presentes, depois de lidas e aprovadas. Capítulo IV — Da administração. Art. 14 — A administração da sociedade compor-se-á de um diretor-presidente e dois diretores-comerciais, acionistas ou não, residentes no país, eleitos por escrutínio secreto, em assembleia geral de acionistas. Parágrafo único — O mandato dos diretores durará dois anos. Art. 15 — Cada um dos diretores, antes de entrar em exercício, cautionará dez (10) ações da sociedade, para garantir sua gestão. § 1º — O diretor não acionista poderá prestar sua caução em dinheiro, depositando em Banco local, em nome da sociedade, em conta especial, importância equivalente às ações exigidas. § 2º — A assembleia geral pode dispensar a diretoria de prestar caução. Art. 16 — Cada diretor perceberá o honorário fixo e mensal que lhe for atribuído anualmente pela assembleia geral de acionistas. Parágrafo único — Não fixando a assembleia os honorários dos diretores, prevalecerão os já vigorantes no anterior exercício. Art. 17 — Quando, por falecimento, impedimento legal ou resignação de cargo, verificar-se alguma vaga de diretor, a diretoria designará um substituto provisório, dentro de quinze dias, o qual exercerá o mandato até a primeira reunião de assembleia geral ordinária, a qual elegerá outro diretor, pelo tempo de exercício daquele que motivou a vaga. Art. 18 — A diretoria poderá, quando houver causa justificada, conceder licença a qualquer de seus membros, designando um substituto provisório, se o prazo do impedimento for superior a sessenta dias. Art. 19 — Os diretores substitutos terão as vantagens pecuniárias dos substituídos. Art. 20 — Os diretores deverão ser legalmente aptos para o exercício do mandato. Assinarão pela sociedade empregando seu nome individual com a indicação do cargo e da razão social. § 1º — É da alçada exclusiva do diretor-presidente representar a sociedade em Juízo ou fora dele, adquirir, alienar, hipotecar, ou gravar bens sociais, renunciar direitos e transigir. § 2º — A diretoria compete, em conjunto ou isoladamente, assinar cheques, recibos, procurações, contratos, endossos, correspondência, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, ou outros títulos, gerir os negócios sociais com os mais amplos e gerais poderes de administração para o fim e objeto da sociedade. § 3º — É vedado à diretoria conceder fianças, abonos ou avais de favor em nome da sociedade. Art. 21 — Todos os diretores são obrigados a comparecer diariamente à sede da sociedade para desempenhar as funções de seu cargo. Art. 22 — As divergências entre os diretores sobre qualquer ato da administração, resolver-se-á pelo voto da maioria. Art. 23 — Os acionistas em assembleia geral ordinária ou extraordinária, poderão substituir qualquer dos diretores, elegendo notas titulares para substituí-los. Capítulo V — Do conselho fiscal. Art. 24 — A assembleia geral ordinária, anualmente, elegerá três fiscais e outros tantos suplentes, acionistas ou não, residentes na sede da sociedade. § 1º — O modo e condições de elegibilidade serão os mesmos estatuídos para os membros da diretoria. § 2º — Não poderão ser eleitos para o conselho fiscal os empregados da sociedade, os parentes dos diretores até o terceiro grau, e os proibidos por lei. Art. 25 — Os membros do conselho fiscal serão substituídos em seus impedimentos ocasionais ou definitivos, pelos suplentes, segundo a ordem de votação destes e, em caso de igualdade, pelo mais velho.

Art. 26 — Incumbe ao conselho fiscal as atribuições definidas em lei. Art. 27 — Os honorários dos membros do conselho fiscal serão fixados, anualmente, pela assembleia geral que os eleger. Capítulo VI — Dos lucros e sua aplicação. Art. 28 — Os lucros líquidos provenientes das operações efetivamente realizadas durante o exercício financeiro, serão assim distribuídos: Cinco por cento para o fundo de reserva legal. Quinze por cento para bonificação aos diretores, a ser repartida a critério do diretor-presidente. Oitenta por cento distribuídos em dividendos aos acionistas, na proporção de suas ações, depois de autorizada a distribuição pela assembleia geral de acionistas, por proposta da diretoria, e ouvido o parecer do conselho fiscal. Capítulo VII — Disposições gerais. Art. 29 — O ano social começará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Art. 30 — O balanço geral da sociedade será levantado a 31 de dezembro de cada ano. Art. 31 — Os casos omissos nos presentes estatutos serão regulados de conformidade com as disposições legais vigentes. Capítulo VIII — Disposições transitórias. Art. 32 — Fica a diretoria eleita autorizada a promover as averbações necessárias em escrituras, livros de contabilidade, e mais documentos sociais, em virtude da transformação do tipo jurídico da sociedade e mudança da razão social. Parágrafo único — A contabilidade prosseguirá no mesmo sistema de escrituração e não sofrerá alteração de continuidade. Art. 33 — O ativo e passivo da sociedade que se transforma pelos presentes estatutos é reconhecido por todos os acionistas e representado pelo balancete de verificação, encerrado em trinta e um de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete, cujo resumo deverá ser transcrito na ata de transformação social. Todos os quotistas aprovaram sem restrições os estatutos acima transcritos, que assinaram ato contínuo, assim transformando plena e legalmente em sociedade anônima o tipo jurídico da sociedade que até agora mantinham. Destarte, de ora em diante, a sociedade passa a ser conhecida pela denominação de "Auto-Pedrassani S. A." e a reger-se pelos estatutos transcritos, mantendo o mesmo objeto, sede, capital, número de ações e o mesmo patrimônio da firma transformada, representado pelo balanço de verificação realizado em 31 de agosto de 1957, que é o seguinte: Ativo — Caixa: Cr\$ 112.286,10; Bancos conta movimento — Cr\$ 53.582,50; títulos a receber — Cr\$ 8.972.572,40; tratôres e implementos — Cr\$ 379.951,40; peças e acessórios Ford — Cr\$ 1.371.690,10; outras mercadorias — Cr\$ 150.235,30; gasolina e lubrificantes — Cr\$ 77.962,60; sociedades subsidiárias — Cr\$ 202.400,00; imóveis — Cr\$ 214.000,00; edifícios e instalações — Cr\$ 1.108.964,50; máquinas e equipamentos de oficina — Cr\$ 310.945,60; móveis e utensílios — Cr\$ 142.679,80; autos de serviços — Cr\$ 20.695,40; cações diversas — Cr\$ 256.780,10; seguros pagos antecipadamente — Cr\$ 3.378,50. Total do ativo — Cr\$ 13.378.333,30. Passivo: Títulos a pagar — Cr\$ 1.845.045,90; títulos descontados — Cr\$ 1.278.854,80; Bancos conta caução — Cr\$ 2.495.372,00; Ford Motor Company conta consignação — Cr\$ 30.000,00; devedores e credores — Cr\$ 907.225,00; capital registrado — Cr\$ 5.200.000,00; lucros e perdas: Este ano — Cr\$ 1.778.874,10; lucros diversos — Cr\$ 46.961,10. Total do passivo — Cr\$ 13.378.333,30. Nestas condições a sociedade ora criada mantém sem solução de continuidade todos os direitos e obrigações da sociedade transformada e, tendo em vista o aumento de capital havido juntamente com a transformação, cada sócio recebe em ações a sua parte de capital, como segue: Etelvino Pedrassani, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), recebe 500 ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros); João Menegazzo, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), recebe 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas do valor nominal de

Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros); Gentil Scipioni, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 1.360.000,00 (um milhão trezentos e sessenta mil cruzeiros), recebe 272 (duzentas e setenta e duas) ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada uma; Onnic Pedrassani, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), recebe 180 (cento e oitenta) ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada uma; Ivo Roman Ros, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), recebe 40 (quarenta) ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada uma; Iracy Lorenz Pedrassani, que tinha uma quota de capital de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), recebe 4 (quatro) ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada uma; Erida Pedrassani Menegazzo, que aumentou sua quota de capital para Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), recebe 4 (quatro) ações ordinárias nominativas do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada uma. Para a diretoria e o conselho fiscal, eleitos na conformidade dos estatutos, foram escolhidos e empossados os seguintes elementos: Diretoria — Para diretor-presidente: Etevlino Pedrassani, acionista, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Conselheiro Matra, s/n., nesta cidade de Caçador, por dois anos, terminando o mandato em vinte de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove (20-9-59). Para diretor-comercial: João Menegazzo, acionista, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Santa Catarina, s/n., nesta cidade de Caçador, por dois anos, terminando o mandato em 20-9-59 (vinte de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove). Para diretor-comercial: Gentil Scipioni, acionista, brasileiro, solteiro, guarda-livros, residente à rua Carlos Esperança, n. 36, nesta cidade de Caçador, terminando o mandato em vinte de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove (20-9-59). Conselho Fiscal — Membros efetivos: Lourenço Faoro, Darcy Zanella e Pedro Castelli, todos brasileiros, casados, residentes na cidade de Caçador, por um ano, terminando o mandato em 20 de setembro de 1958. Membros suplentes: Victório Poletto, Moacyr Martins e Ernesto Faoro, todos brasileiros, casados, residentes nesta cidade de Caçador, coincidindo o término de seus mandatos com o dos membros efetivos. A seguir, foram os diretores, por unanimidade, dispensados de prestar caução. De conformidade com os estatutos, em seus artigos 15 e 26, fixaram-se os honorários dos diretores em Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) mensais cada um, e mais Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais ao diretor-presidente, como ajuda de custas e representações. Para os membros do conselho fiscal, foram fixados Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para cada um, por reunião a que comparecerem. A mesa esclareceu que a transformação, assim como se operou, independia de depósito sobre o capital-social, de avaliação de bens do ativo, por se tratar de pura e simples transformação de espécie social e, como tal, a sociedade está legalmente isenta de satisfazer exigências neste sentido. Nada mais havendo a tratar a respeito da transformação do tipo jurídico da sociedade, o senhor presidente determinou lavrar a presente ata e dela extrair-se dez vias, dactilografadas, de igual teor e forma, sendo que a original deverá ser recolhida, na Coletoria Federal de Caçador, a importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), referente a selagem proporcional devida sobre o aumento de capital verificado, averbando-se as demais vias. Em seguida foi a referida ata lida pelo senhor secretário, na presença de todos e das testemunhas, os quais a acharam conforme, aceita e aprovada, sem qualquer reserva, em todos os seus termos. Finalmente, após o senhor presidente e secretário exararem suas firmas no livro de atas e nas cópias, juntamente com os presentes e duas testemunhas, foram encerrados os

trabalhos. Caçador, 20 de setembro de 1957. Selado no valor de Cr\$ 5,50 de selos federais, inclusive a taxa de educação e saúde, inutilizadas assim: Caçador, 20 de setembro de 1957. (Ass.) Etevlino Pedrassani. — Etevlino Pedrassani, João Menegazzo, Gentil Scipioni, Ivo Roman Ros, Onnio Pedrassani, Iracy Lorenz Pedrassani e Erida Pedrassani Menegazzo. Conselho fiscal: (Ass.) Três assinaturas ilegíveis. Testemunhas: (Ass.) Duas assinaturas ilegíveis. Todas as firmas estavam devidamente reconhecidas na forma da lei, pelo tabelião da cidade de Caçador, em data de 21 de setembro de 1957. Ao lado estavam coladas seis (6) estampilhas, sendo quatro federais no valor de Cr\$ 13,50, inclusive a taxa de educação e saúde e mais duas estaduais no valor de Cr\$ 3,50, inclusive a taxa de saúde, inutilizadas com um carimbo do cartório com dizeres ilegíveis. Ao lado estava um carimbo da Coletoria de Caçador, com os seguintes dizeres: O selo devido no valor de Cr\$ 15.000,00, foi pago na 1ª via do presente talão n. 929. Coletoria Federal, em Caçador, 21-9-57. (Ass.) Assinatura ilegível, coletor. Registrado sob número 19.330, às fls. do livro n. 11-H, do Registro Público do Comércio, por despacho da Junta, em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 101,50 de selos federais e Cr\$ 2.002,00 estaduais por estampilhas. Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de setembro de 1957. (Ass.) Eduardo Nicolich, secretário. As estampilhas acima mencionadas, inutilizadas assim: Florianópolis, 26 de setembro de 1957. (Ass.) Eduardo Nicolich, secretário. É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de setembro de 1957. Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de setembro de 1957. Eduardo Nicolich, secretário.

Certifico, em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número, três mil duzentos e noventa e um, datado de vinte e cinco (25) de setembro do corrente ano, do senhor Etevlino Pedrassani, de passagem por esta Capital, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, constam os atos de transformação da firma sociedade por quotas de responsabilidade limitada "Pedrassani & Cia. Ltda., em sociedade anônima, sob a denominação de "Auto Pedrassani S. A.", com sede na comarca de Caçador, neste Estado, com o capital de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), registrado nesta Junta, sob número dezoito mil, trezentos e trinta (19.330), em sessão de vinte e seis (26) de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), na qual consta: a) ata realizada em vinte (20) de setembro do corrente ano; b) estatutos da sociedade anônima Auto Pedrassani S. A.; c) lista de subscrição; d) talão número duzentos e vinte sete (227), datado de vinte e um (21) de setembro do corrente ano, da Coletoria das Rendas Federais, em Caçador, na importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), referente ao aumento do capital social que era de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), passou para Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros); e) certidão de quitação extraída na Coletoria Estadual de Caçador, de acordo com o decreto estadual n. 14, de 22 de junho de 1951; f) certidão negativa extraída na Coletoria Seccional do Imposto de Rendas, em Joinville, de conformidade com o decreto-lei federal n. 4.178, de 13 de março de 1942. Os atos de transformação da referida firma, foram arquivados de acordo com o artigo 54, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu, Eduardo Nicolich, Secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino, aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Secretaria da Junta Comercial

CARLOS HOEPCKE S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Na forma dos nossos estatutos e da legislação vigente, vimos apresentar a vv. ss. o balanço do exercício encerrado de 30 de junho de 1957, a respectiva conta de lucros e perdas, e o parecer do conselho fiscal.

A diretoria está ao inteiro dispor para quaisquer informações ou esclarecimentos que vv. ss. julgarem necessários.

Florianópolis, 30 de junho de 1957.
Acelon Dário de Sousa, diretor-presidente.
Rudolfo Scheidemantel, diretor-vice-presidente.
Rodolfo Weickert, diretor-gerente.
Carlos João Ritter, diretor.
João Eduardo Moritz, diretor.
Carlos Heinz Buechler, diretor.
Otto Richter, diretor.

BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1957

A T I V O		
Imobilizado		
Imóveis	40.707.666,20	
Embarcações	15.810.674,70	56.518.340,90
Disponível		
Caixa: em moeda corrente em bancos		6.341.746,30
Realizável		
Mercadorias	93.135.151,60	
Matéria prima	1.756.176,10	94.891.327,70
Devedores	90.601.862,90	
Ações, bônus de guerra e apólices	2.518.751,40	93.120.614,30
Governo Federal — Adicional — Lei 1.474	1.923.164,40	
Acionistas — c/aumento capital	4.600.000,00	
Diversas contas	1.177.798,20	195.712.904,60
Compensação		
Ações caucionadas		160.000,00
		Cr\$ 258.732.991,80
P A S S I V O		
Não exigível		
Capital	92.000.000,00	
Reserva	42.077.580,50	
Fundo para depreciação de imóveis e embarcações	2.620.576,80	
Fundo para contas duvidosas	9.000.000,00	145.898.157,30
Exigível		
Credores	100.971.262,10	
Diversas contas	11.993.572,40	112.874.834,50
Compensação		
Caução da diretoria		160.000,00
		Cr\$ 258.732.991,80

Florianópolis, 30 de junho de 1957.
Acelon Dário de Sousa, diretor-presidente.
Rudolfo Scheidemantel, diretor-vice-presidente.
Rodolfo Weickert, diretor-gerente.
Carlos João Ritter, diretor.
João Eduardo Moritz, diretor.
Carlos Heinz Buechler, diretor.
Otto Richter, diretor.
Heitor de Sousa Lima, guarda-livros, reg. no C.R.C., sob n. 0.039.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal da "Carlos Hoepcke S. A. Comércio e Indústria", tendo procedido ao exame dos livros e papéis, balanço, inventário e demais documentos, especialmente dos negócios e operações sociais, referentes ao exercício encerrado em trinta de junho de mil novecentos e cinquenta e sete, declaram ter achado tudo em perfeita ordem, clareza e regularidade, pelo que são de parecer sejam aprovados pelos senhores acionistas, o balanço, contas e demais atos da gestão praticados pela diretoria da sociedade.

Florianópolis, 8 de agosto de 1957.
João Batista Bonnass
Adolfo Beckmann
Lauro Luiz Linhares
(3056)
(Reproduzido por ter saído com incorreções).

MAQUINARIA RIO DO SUL S. A.

Assembléa geral extraordinária
CONVOCAÇÃO
São convidados os senhores acionistas da "Maquinaria Rio do Sul S. A.", a se reunirem em assembléa geral extraordinária, a se realizar no dia 12 de outubro de 1957, às dez horas, na sede social, à rua Coelho Neto, 109, em Rio do Sul, a fim de deliberarem sobre a seguinte

- Ordem do dia
- 1º) Ratificação do aumento do capital social;
 - 2º) verificação da subscrição e integralização do capital;
 - 3º) assuntos de interesse social.
- Rio do Sul, 19 de setembro de 1957.
Antônio Naschenaweng, diretor-presidente.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO III

Florianópolis, 1º de outubro de 1957

NÚMERO 447

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 25 de setembro corrente, foram julgados os seguintes feitos:

1) Habeas corpus n. 2.736, da comarca de Criciúma, em que é impetrante o dr. Milton Cunha e paciente Luiz Corrêa da Silva. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo o Tribunal, por unanimidade de votos, negar a ordem impetrada. Custas pelo impetrante. Usou da palavra o dr. Milton Cunha.

2) Recurso de mandado de segurança n. 67, da comarca de Brusque, em que são requerentes o dr. Juiz de Direito e

Anibal Diegoli, Prefeito Municipal e requerido Lauro Müller. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, decidindo o Tribunal, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar arguida pelo requerente, e, no mérito, negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida. Impedido o sr. des. Vitor Lima.

Lilian Gonzaga, encarregado da Jurisprudência.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

(8755)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ALISTAMENTO ELEITORAL

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral torna público aos interessados, que foi instalado um gabinete fotográfico que fornecerá, gratuitamente, fotografias para tipos eleitorais, funcionando em sala apropriada, na Secretaria do TRE, no expediente das 13 às 18 horas e aos sábados, das 9 às 12 horas.

O alistamento comparece ao cartório eleitoral da Zona de sua residência, preenche o formulário de inscrição, assina o título e a fôlha individual de votação, recebendo em seguida uma requisição para fornecimento de fotografia. Com esta, apresenta-se ao gabinete fotográfico onde será atendido e sua fotografia diretamente entregue ao cartório eleitoral.

Portaria n. P.45/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, à vista da aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Nomear para exercerem as funções de juizes preparadores os cidadãos Arno Wiltgen, Carlos Fries, Marcelino Parizoto, Americo Dalla Costa, Abel Raretta, Ebenezer Brasil, Defende Dondel, Albino Cervelin, Pedro Paulo Campos, Douglas Cruz, Viriato de Almeida, Maria Basco Prando, Tomaz Pilatti, Luiz Segallin, Constante Dal Posso, Antônio José Mason, Manoel Lopes Brum, Vitorino Busato, João Sobtká Sobrinho, Antônio Fomoro, Godofredo Doerl, Manoel José Garcia e Primo Gonçalves de Castro, respectivamente, para o distrito de Dois Irmãos e localidades de Taquara, Rancho Grande, Carmelinda, Pinheiro Baixo, Linha Bonita, Linha São Paulo, Linha Vitória, Linha Sete de Setembro, Barra Fria, São Carlos, São Roque da Barra Fria, São Pedro, Novo Pôrto Alegre, Leãozinho, Pinheiro Alto, Avai, Barra do Pinheiro, Lindemberg, Alto Alegre, Nova Beleza, Barro Preto e Barro Branco, na 37ª Zona — Capinzal.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 28 de agosto de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(Reproduzida por ter saído com erro no original).

Portaria n. P.80/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal

Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

I — Dispensar das funções de juizes preparadores os cidadãos mencionados: Marcelino Parizoto, Constante Dalposso, Abel Baretta e Pedro Paulo Campos, respectivamente, de Rancho Grande, Leãozinho, Pinheiro Baixo e Linha Sete de Setembro, na 37ª Zona — Capinzal.

II — Nomear para exercerem as referidas funções os seguintes cidadãos: Nadir Delva Cadore, Guilherme Santior, Moisés Baretta e Adelina Decarli, respectivamente, para as localidades de Rancho Grande, Leãozinho, Pinheiro Baixo e Linha Sete de Setembro.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 20 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8695)

Portaria n. P.81/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje

RESOLVE

Nomear Adalberto Nicolau Petri para as funções de juiz preparador n. 1º distrito do município de Caçador na 6ª Zona Eleitoral.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 20 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8696)

Portaria n. P.82/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Nomear Manoel Miguel Paim para as funções de juiz preparador na localidade de Vacas Gordas, no município de Urubici, na 4ª Zona — Bom Retiro.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 20 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8697)

Portaria n. P.83/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Nomear Paulo Zimmermann para exercer as funções de juiz preparador na sede do município de Gaspar, 3ª Zona — Blumenau.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 20 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8698)

Portaria n. P.84/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de ontem,

RESOLVE

Dispensar Reinaldo Rothers, Egidio Voltolini e Ernesto Borchardt, das funções de juizes preparadores, respectivamente, de Guaramirim, Corupá e Massaranduba, na 17ª Zona — Jaraguá do Sul.

Nomear Eermínio Celso Moreira, Aljisi Carvalho de Oliveira e Aristides Manoel Gonçalves para exercer as referidas funções, respectivamente, em Guaramirim, Corupá e Massaranduba.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 28 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8696)

Portaria n. P.87/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, à vista da aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Nomear José Coelho para exercer as funções de juiz preparador na localidade de Rio Rufino, município de Urubici — 4ª Zona (Bom Retiro).

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 27 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8697)

Portaria n. P.88/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, à vista da aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Nomear João Anunciação Maia para exercer as funções de juiz preparador no distrito de Garuva, município de São Francisco do Sul — 27ª Zona.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 27 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8938)

Portaria n. P.89/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, à vista da aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE

Dispensar, a pedido, José Sprott Mira, das funções de juiz preparador no município de Araquari, 27ª Zona (São Francisco do Sul),

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 27 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8939)

Portaria n. P.90/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de ontem,

RESOLVE

Dispensar Maximino Leopoldo Giordani e Argemiro Savaris das funções de juizes preparadores, respectivamente, na sede dos municípios de Xanxerê e Xaxim, na 43ª Zona — Xanxerê.

Nomear Silvino Victorino Bittencourt e Nelson Silva para exercerem as referidas funções, respectivamente, em Xanxerê e Xaxim.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 28 de setembro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

(8940)

ACÓRDÃO N. 3.898

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de registro dos Direitórios Municipais de Itajaí, Joinville, Mondai e Papanduva, da União Democrática Nacional.

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por unanimidade de votos, acolhendo o parecer do dr. Procurador Regional, conceder o registro dos referidos Direitórios, retificando-se no Diretório de Joinville o nome de Aumore Palhares para Aimoré Palhares.

Publique-se. Florianópolis, 13 de setembro de 1957. (Ass.) Alves Pedrosa, presidente. Milton da Costa, relator. Aldo Avila da Luz, Eugênio Trompowsky Taulois Filho, Maurílio Coimbra, Manoel Barbosa de Lacerda, Abelardo da Silva Gomes.

NOMINATA DOS DIRETÓRIOS A QUE SE REFERE O ACÓRDÃO SUPRA

Município de Itajaí

Presidente — Walter Konder Fleischmann, funcionário público; vice-presidentes — Eduardo Santos Lins, advogado; João Angelino Lopes Júnior, comerciante; Orival Cesário Pereira, comerciante; secretário-geral — João Amaral Pereira, contador; sub-secretário — Eduardo Solon Canziani, industrial.

Membros — Osmar de Souza Nunes, advogado; Nelson Seara Heusi, despachante aduaneiro; Cesar Ramos, bancário; Felipe Batista de Alencastro, médico; Israel José Tedeu, comerciante; José Elomar da Silva, médico; Fritz Maximiliano Schneider, industrial; Guido

Otávio de Miranda, armador; João Jacob Petters, funcionário público; Henrique Satin, portuário; Hélio Douat de Menezes, industrial; José Raimundo de Oliveira, comerciante; Bento Dauer, comerciante; Antônio Ramos, industrial; Waldemiro Gonçalves, estivador; João Felix de Andrade, funcionário público; Israel de Almeida, comerciante; Aristides Linhares, tecelão; Genésio Santos, motorista; Bernardo Petters, pedreiro; Dalmo Vieira, advogado; Anibal Gaia, funcionário público; Arno Rothbarth, securitário; João Melo, estivador; Porfírio dos Santos, comerciante; João Santana, funcionário público; Ondino Geraldo da Silva, comerciante.

Suplentes — Edmundo Kienast, comerciante; João José Cardoso, funcionário público; João Fermínio dos Santos, militar; Ari Garcia, bancário; Santos Anastácio Vitorino, comerciante; Alfredo Eley, industrial; Nilton Soares, estivador; Francisco Medeiros, estivador; Evaldo Reiser, comerciante; Evaldo Palm, industrial; Angelo Cunha, comerciante; Luiz Leônico Büchele, estivador; Norberto Silveira Júnior, bancário; Adolfo Teuber, comerciante; Eurico Adam, dentista; Jorge D'Ávila, estivador; Mário Soares Pereira, bancário; Júlio Ouceiro, industrial; José Maria Budal, comerciante; Francisco Pfeilsticker, dentista; Manoel Gaia Neto, funcionário público; Mauro Schneider, funcionário público; José Rodrigues Araújo, funcionário público; Zélio Martins, funcionário público; Waldemar Hern, funcionário público; Waldemar Karlsten, comerciante; Waldemar Raimundo de Oliveira, contador e Nestor Schiefler, comerciante.

Município de Joinville

Presidente — Dr. João Colln, industrial; vice-presidentes — Lauro Carneiro de Loyola, industrial; Cel. Alire Borges Carneiro, militar reformado; Emílio Stock Júnior, industrial; secretário-geral — Alpheu Carneiro Lins, funcionário público; sub-secretário — Curt Alvino Monich, industrial.

Membros — Gustavo Schossland, industrial; Pedro H. Colln, industrial; Keinz Lange, industrial; Arthur Eberhardt, comerciante; Alfredo Klemke, operário; Odilon Bastos Schroeder, funcionário público; Alberto Baumgarten, funcionário público; João Kaleff, funcionário público; João Dippe, comerciante; Marcos Neumann, centista; Getúlio Reimer, industrial; Samuel da Silveira, comerciante; Mário Boehm, engenheiro; Alvaey Rosa, industrial; Conrad Schroeder, industrial; Waldemiro Palhares, tipógrafo; Aimoré Palhares, advogado; José Patrício Soares, comerciante; Ronaldo Mertens, comerciante; Norberto Campos, comerciante; Carlos Giffhon, operário; Hermes Kaeemodel, comerciante; Rolando Vcos, comerciante; Germano T. May, comerciante; Afonso Schuetzler, industrial; Alvino Fischer, barbeiro; Paulo Scholz, comerciante; Mário Schuetzler, comerciante; Gastão Wendel, representante comercial e Alvim Stamm, comerciante aposentado.

Suplentes — Dário Geraldo Salles, médico; Arnaldo Condeixa, médico; Arno Waldemar Dohler, industrial; Eugênio Juergens, industrial; Dagoberto José de Campos, comerciante; Hubert Hubener, comerciante; Francisco Amarante de Moraes, comerciante; Alfredo Soares Pereira, funcionário público; Arno Westorf, comerciante; Rodolfo Brüske, comerciante; Guilherme Reimer, proprietário; Ramiro Bueno da Rocha, construtor; Afonso Eberhardt, industrial; Paulo Koehntopp, industrial; Plácido América da Silva, funcionário público; Euclides Gonçalves, funcionário autárquico; Waldemiro Satiro de Oliveira, comerciante; Oswaldo Rubineck, sapateiro; Oswaldo Glingenfuss, funcionário público; Carlos Luetke, comerciante; Paulo Liermann, industrial; Martinho Kricheldorf, mecânico; Bruno Post, operário; Alvino Maehl, industrial; Elias Michereff, comerciante; Alvino Klug, industrial; Getúlio Boehm, comerciante; Ulisses Gerson Carneiro Lins, estu-

dante; Vitor Berndt, comerciante e Gerardo Schramm, comerciante.

Município de Mondai

Presidente — Ricardo Brüggemann, engenheiro; vice-presidentes — Evaldino Stecker, mecânico; Oscar Wandscheer, comerciante; Alfredo Borck, comerciante; secretário-geral — Alfredo Werlang, funcionário; sub-secretário — Armindo Stangler, prefeito municipal.

Membros — Libertino E. Zago, fiscal portos; Pedro Bressan, comerciante; Jacob Wandscheer Cincist, comerciante; Raul Bartolomei, fiscal portos; Otto Wolschick, grilicor; Erny Hetzel, funcionário; Jacó Bernardes, comerciante; Carlos A. Albrecht, agricultor; Waldemar Lehrbach, funcionário; Alberto Pasa, fiscal de Armas; Levino Blum, agricultor; Osvaldo Ames, agricultor; Erick Hetzel, funcionário; Edgar Sommer, comerciante; Alfredo Ruechel, agricultor; Leopoldo Sommer, agricultor; Afonso Rasch, barbeiro; Arno Borck, mecânico; Edmar Stecker, mecânico; Alfredo L'nauer, industrialista; Ernesto Gass, agricultor; Osvaldo Wollschick, agricultor; Albano Maschke, agricultor; José A. Moraes, coletor; Angelo Di Domênico, comerciante; Guenter Herr, industrial; Ernesto Fitzenmeier, mecânico; Claudino Vedana, agricultor; Zefir de Moura, agricultor e Olindo Di Domênico, comerciante.

Suplentes — Antônio Di Domênico, comerciante; Hugo Scholl, comércio; Antônio Alba, agricultor; José Daniel Strege, agricultor; Osvaldo Rutzen, ferreiro; Leonel Pasini, agricultor; David José Endrigo, agricultor; Moisés Fincato, dentista; Luiz Strege, agricultor; Vergueiro Tranquillo Bastos, agricultor; Luiz Bassani, comércio; Severino Endrigo, motorista; Carlos Henrique Kamphort, agricultor; Lindolfo Staats, professor; Rodolfo Nichterwitz, agricultor; Werno A. Dhein, comércio; João Simplicio Matte, industrialista; Linus Francisco Ruschel, industrialista; Edwin Zang, agricultor; Ermino Fruehling, agricultor; Erny J. Labonde, mecânico; Adão B. Schaefer, agricultor; Gustavo Roberto Schneider, agricultor; Reinaldo Nichterwitz, agricultor; Frederico Porsch, motorista; Siegfried Brüggemann, motorista; Divo Henkel, operador mecânicos; Benjamin Dauernheimer, agricultor; Osvaldo Dauernheimer, agricultor e Mathias J. M. Walker, escrivão de Paz.

Município de Papanduva

Presidente — Jacob Schadeck, fazendeiro; vice-presidente — Narcizo Guebert, comerciante; Olímpio Raulino Schadeck, comerciante; Miguel Heuko, agricultor; secretário geral — Octávio Pechebela, func. público; sub-secretário — Alois Karachinski, serv. da Justiça.

Membros — Jacob Schadeck, fazendeiro; Jovino Tabalipa, industrial; Octávio Pechebela, func. público; Alois Karachinski, serv. da Justiça; Carlos Henrique Nicolai, agricultor; Ernesto Fernandes, industrial; Pedro Povaluck, comerciante; Miguel Heuko, agricultor; Miguel Kulcheski, agricultor; João Greinert, agricultor; Olímpio Raulino Schadeck, comerciante; Esmeraldino Maya de Almeida, bancário; Narcizo Guebert, comerciante; Leonard Brey, funcionário público; Alípio Correia de Lima, agricultor; Arthur Cesar Buczek, agricultor; Ermelino Athanásio, comerciante; Amantino Maester, comerciante; Pedro Domênico, industrial e Nabor Simões Bueno, agricultor.

Suplentes — Tufti Kalil Sfair, professor; Antônio Ionkovski, agricultor; Silvestre Landoswki, industrial; Estanislau Labas, agricultor; João Zielinski, agricultor; Aristides Guebert, fazendeiro; Antônio Silvio Schadeck, comerciante; Albino Panchiniack, industrial; Anibal Lara, comerciante; Braslino Alves Elias, industrial; Rodolfo Schadeck, industrial; Onofre Schupel, agricultor; Miguel Pechebela, agricultor; Romeiro Tabalipa, agricultor; Waldemiro de Jesus Melster, comerciante e Ceslau Lewandoswki, agricultor.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em 20 de setembro de 1957.

João Marçal, diretor interino.

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Ata da 1.023ª sessão

Aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, à hora regimental, reuniram-se em sessão ordinária, os membros do Conselho Penitenciário, sob a presidência do sr. conselheiro dr. Abelardo da Silva Gomes, presentes os srs. conselheiros drs. Francisco Câmara Neto, Antônio Santaella, Nilton José Cherem e Hans Buedgens. Iniciados os trabalhos, determinou o sr. presidente se procedesse à leitura da ata da sessão anterior que discutida foi aprovada. Expediente: procedeu-se à leitura do expediente, que constou de: a) Radiograma do sr. dr. juiz de direito, da comarca de Blumenau, pedindo o processo crime de Tomé Antônio dos Santos; b) entrada dos pedidos de livramento condicional de Maria Giacomini e Jurema Ribeiro Redistribuição: Em seguida fez-se a redistribuição de processos na seguinte ordem: de livramento condicional ao sr. conselheiro dr. Nilson Vieira Borges, o de Bernardo da Silva; ao sr. conselheiro dr. Francisco Câmara Neto, o de João Jacinto de Souza; de perdão: ao sr. conselheiro dr. Nilson Vieira Borges, o de Benvidio Caetano da Silva; ao sr. conselheiro dr. Francisco Câmara Neto, o de José Samuel Barth; ao sr. conselheiro dr. Antônio Santaella, o de Domingos Diniz Pereira. Indicações, propostas e sugestões: O sr. conselheiro dr. Francisco Câmara Neto, comunicou ao Conselho, que se entendeu com o sr. dr. juiz de direito da comarca de Brusque, sobre o caso do liberado Germano Zanon, que lhe informou já haver solicitado ao Conselho a designação do dia da formalidade para a entrega da caderneta de livramento condicional ao referido liberado. Leitura e assinatura de pareceres: Pelo sr. conselheiro dr. Abelardo da Silva Gomes, o de Alvaro Couto Goss. Relatórios: a) de livramento condicional: pelo sr. conselheiro dr. Hans Buedgens, foi relatado o processo de Pedro Geraldo, opinando o Conselho pelo deferimento por unanimidade; pelo sr. conselheiro dr. Abelardo da Silva Gomes, foi relatado o processo de Sebastião Antunes Walter, opinando o Conselho pelo deferimento por unanimidade; b) de perdão pelo sr. conselheiro dr. Francisco Câmara Neto, foi relatado o processo de José Samuel Barth, opinando o Conselho pelo indeferimento por unanimidade; pelo sr. conselheiro dr. Antônio Santaella, foi relatado o processo de Domingos Diniz Pereira, opinando o Conselho pelo indeferimento, por unanimidade. O conselheiro dr. Antônio Santaella, aproveitou a presente sessão, para ler o parecer do processo de Domingos Diniz Pereira, que antes relatou. Às doze horas, foi encerrada a sessão, convocando o sr. presidente outra para o dia dezoisete à hora regimental. E, para constar, eu Aldo Severiano de Oliveira, secretário, mandei lavrar a presente ata, por todos assinada e por mim subscrita. **Abelardo da Silva Gomes, presidente, em exercício. Aujor Ávila da Luz, Francisco Câmara Neto, Nilson Vieira Borges, Nilton José Cherem, Hans Buedgens, Antônio Santaella.**

Ata da 1.024ª sessão

Aos dezoisete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, à hora regimental, reuniram-se em sessão ordinária, os membros do Conselho Penitenciário, sob a presidência do sr. conselheiro dr. Abelardo da Silva Gomes, presentes os srs. conselheiros drs. Francisco Câmara Neto e Nilson Vieira Borges. Iniciados os trabalhos, deixou de ser lida a ata da sessão anterior por falta de uo

deliberação. Expediente: procedeu-se à leitura do expediente, que constou de: a) entrada dos pedidos de livramento condicional de Nilton Clorindo, Carlos Schaefer, Sebastião Camilo, Juvenal Linhares e de perdão de Reinaldo Mordast, Pedro Idelfonso Cardoso e Jorge Salim Sales; b) entrega do processo de João Jacinto de Souza, ao sr. conselheiro dr. Francisco Câmara Neto. Não havendo número para deliberação, foi encerrada a sessão, convocando o sr. presidente outra para o dia vinte e quatro, à hora regimental. E, para constar, eu Aldo Severiano de Oliveira, secretário, mandei lavrar a presente ata, por todos assinada e por mim subscrita. **Abelardo da Silva Gomes, presidente, em exercício. Aujor Ávila da Luz, Francisco Câmara Neto, Nilson Vieira Borges, Nilton José Cherem, Hans Buedgens, Antônio Santaella.**

FÓRO DA CAPITAL

JUIZO ELEITORAL DA 13ª ZONA — FLORIANÓPOLIS

Edital

Waldemiro Simões de Almeida, escrivão eleitoral da 13ª Zona, na forma da lei etc.

Faz saber, a quem interessar possa, nos termos do § 5º, art. 69, da lei n. 2.550, de 25-7-1955, modificada pela lei n. 2.982, de 30-11-1956, que alteraram dispositivos do Código Eleitoral, lei n. 1.164, de 24-7-1950, que, nesta data, foram entregues os respectivos títulos eleitorais, aos seguintes eleitores: Elpidio de S. Lopes — título n. 2.920; Waldemar Chocren — título n. 3.353; Arnaldo S. Oliveira — título n. 2.629; Acyr Vatelín da Silva — título n. 3.042; Vitor Tavares — título n. 2.881; Saul Bayer de Amorim — título n. 3.359; Adir M. dos Santos — título n. 2.625; Inah Moura Müller — título n. 2.356; Maria de Lourdes Taranto Piazza — título n. 3.095; Mário Ildefonso Silva — título n. 2.221; Teófilo S. Botelho — título n. 3.137; Manoel J. Laureano — título n. 2.952; Paulo dos Santos — título n. 2.772; Carlos Zeniseh Ramos — título n. 3.212; Osny Vieira — título n. 2.337; Rubens Vitor da Silva — título n. 2.693; Maria de Lourdes Tancredo — título n. 370. Do que, para constar, expedi o presente edital, que será afixado no cartório eleitoral da 13ª Zona e reproduzido no "Diário Oficial" do Estado. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, no cartório da 13ª Zona, aos dezoisete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (19-9-1957). Eu, Waldemiro Simões de Almeida, escrivão eleitoral da 13ª, que o fiz dactilografar e subscreevi. **Waldemiro Simões de Almeida, escrivão eleitoral da 13ª Zona.**

(8.645)

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Altamiro Alves e Matildes Maria Jacques, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º subdistrito do município de Florianópolis. Ele, pescador, filho de Germano João Alves e de Dorcilina Maria Alves. Ela, doméstica, filha de João Cândia-Jacques e de Maria Marcelina Jacques.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 20 de setembro de 1957.

Plácido Sérgio Alves, oficial.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XI

Florianópolis, 1º de outubro de 1957

NÚMERO 331

TERCEIRA LEGISLATURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE

PAULO KONDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE

GLORÍDIO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE

LIVADÁRIO NOBREGA

1º SECRETÁRIO

VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETÁRIO

ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE

MÁRIO OLINGER

JOÃO CARUSO MAC DONALD

LÍDER DO GOVERNO

LAERTE RAMOS VIEIRA

LÍDERES PARTIDÁRIOS

U. D. N.

Líder: Geraldo Mariano Günther.
Vice-líder: Romeu Sebastião Neves.

P. S. D.

Líder: Lenoir Vargas Ferreira.
Vice-líder: Antônio Gomes de Almeida.

P. T. B.

Líder: Otilce Pedra de Caldas.
Vice-líder: Braz Joaquim Alves.

P. R. P.

Líder: Livadário Nobrega.

P. S. P.

Líder: Enory Teixeira Pinto.

P. D. C.

Líder: José Henrique Ramos da Luz.

COMISSÃO JULGADORA DO ANTE-PROJETO DO PALÁCIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Comissão, face às várias seleções já procedidas, emite a seguir, laudo com respeito aos trabalhos finalistas, classificados nas três primeiras colocações:

PEDRO PAULO DE MELLO SARAIVA

É de se notar neste anteprojeto a extrema simplicidade e clareza do partido adotado, resultando daí ótima distribuição funcional de todas as dependências do edifício, circulação bem diferenciada, ligações imediatas, a par de uma área de construção reduzida. A solução feliz do partido geral se revela e resulta da disposição do Plenário junto aos acessos externos, selecionando claramente as circulações de deputados, autoridades, funcionários e público.

Planimetricamente a disposição do Plenário e de seus anexos é realmente elogiável, notadamente quanto à interligação com o Salão Nobre com o saguão de entrada, com a Sala do Café e as demais dependên-

cias que exigem proximidade.

Dentro desta simplicidade do esquema resulta uma solução plástica especialmente singela e harmoniosa, para o conjunto do Plenário, e favorável do ponto de vista acústico.

Nos andares superiores destinados à administração, é de se notar uma louvável distribuição e agrupamento das diversas seções, e razoável flexibilidade da planta.

Muito boa a insolação adotada para os pavimentos elevados, colocando a circulação do lado desfavorável.

Do ponto de vista plástico, apreciável o afastamento do corpo elevado com relação ao prédio do Tribunal de Justiça, sem prejuízo de um afastamento na rua Marechal Guilherme. Ressalta a singeleza e simplicidade da plástica exterior, conferindo ao edifício inconfundível nobreza.

Os senões, perfeitamente admissíveis num anteprojeto, são facilmente sanáveis num estudo posterior.

VALMY BITTENCOURT

O partido geral adotado é bom, separando claramente as duas funções do edifício, dispondo o Plenário em situação de fácil acesso, com a ressalva em relação ao bloco administrativo, o qual, devido à sua orientação no sentido menor do terreno, implicou num desenvolvimento vertical excessivo, determinando dispersão de áreas. Aliás, a clareza, na escolha do partido resulta bem expressa no memorial. O Salão de Recepções está excessivamente afastado do Plenário, com reais prejuízos do ponto de vista funcional.

A circulação se apresenta clara e simples, não obstante falhas que poderiam ser corrigidas num desenvolvimento posterior.

Bom a disposição planimétrica do Plenário. Entretanto, o público das galerias tem sua visibilidade sacrificada, exceção feita ao assistente que estiver colocado junto ao parapeito.

Observou a Comissão que o autor demonstrou compreensão para o tema em causa. As falhas apontadas seriam corrigidas numa segunda etapa.

RUBEN CASSAL PILLA

Assinala-se a louvável intenção do concorrente em concentrar todas as dependências exigidas em um número reduzido de andares.

A previsão do plenário, todavia, em piso elevado, criou complicações de circulação que seriam difíceis de resolver dentro do partido adotado. Solução deficiente na seleção das várias circulações no pavimento térreo.

Não obstante o plenário estar colocado em nível elevado, apresenta boa disposição interna. O concorrente sentiu que o plenário é o órgão principal do edifício, conferindo-lhe uma forma apropriada e solucionando bem o problema visual.

De salientar o estudo metucioso de toda a distribuição interna do edifício, admitindo

uma flexibilidade razoável.

Falta caráter e expressão no partido estrutural, bem como na fisionomia plástica para um edifício de tal natureza.

Pelo exposto, a Comissão por unanimidade classifica:

Em primeiro lugar — o trabalho do concorrente Pedro Paulo de Mello Saraiva, da cidade de São Paulo.

Em segundo lugar — o trabalho do concorrente Valmy Bittencourt, da cidade de Florianópolis.

Em terceiro lugar — o trabalho do concorrente Ruben Cassal Pilla, da cidade de Porto Alegre.

Florianópolis, em 27 de setembro de 1957.

A COMISSÃO

(aa.) Deputado Ruy Hülse, presidente.

Deputado Volney Colaço de Oliveira.

Deputado Estanislau Romanowski.

Arquiteto Rino Levi.

Arquiteto Castelar B. Pená.

Eng. Otto Entres.

Eng. Celso Ramos Filho.

PROJETO DE LEI N. 129/57

Estado de Santa Catarina.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 17 de agosto de 1957.
OF. N. 999.

Senhor presidente,

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, a fim de ser submetido à apreciação dessa alta Assembleia, o incluso projeto de lei, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.432.231,20, para atender às despesas com o pessoal do extinto Serviço de Luz e Força da Capital.

Justificando a solicitação desse crédito, esclareço que o Serviço de Luz e Força da Capital foi transferido para a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. (ELFFA), Sociedade por Ações de Economia Mista, constituída de conformidade com a lei n. 1.365, de 4 de novembro de 1955, razão porque foram suprimidas do orçamento vigente as verbas que se destinavam ao custeio daquele Serviço, ficando, entretanto sob a responsabilidade do Estado, os vencimentos dos funcionários que serviam naquela repartição, os quais estão sendo redistribuídos pelas diversas unidades administrativas estaduais, onde passarão a prestar seus serviços.

Em face do exposto, torna-se necessária a abertura de crédito especial para o atendimento desse encargo.

Valho-me da oportunidade para apresentar a vossa excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

(a.) Jorge Lacerda, Governador.

Excelentíssimo senhor deputado Ruy Hülse, Digníssimo presidente da Assembleia Legislativa — Nesta.

PROJETO DE LEI N. 129/57

Autoriza a abertura de crédito especial

O Governador do Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 1.432.231,20 (um milhão quatrocentos e trinta e dois mil duzentos e trinta e um cruzeiros e vinte centavos), para atender, no corrente ano, ao pagamento do pessoal do Serviço de Luz e Força, cujos vencimentos ficaram a cargo do Governo, em face da transferência de tais serviços para a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. (ELFFA), uma vez que optaram aqueles servidores pela sua permanência no Quadro de Servidores do Estado.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Senhor presidente:
Pede o Poder Executivo, através deste projeto de lei n. 129/57, autorização para abertura de um crédito especial necessário ao pagamento de pessoal do Estado que prestava serviço para o extinto Serviço de Luz e Força da Capital.

É obrigação do Estado à qual não se pode esquivar.

O projeto é legal, constitucional e sua aprovação é necessária.

É o nosso parecer.

(a.) Laerte Ramos Vieira, relator.

Aprovado por unanimidade. Sala das Comissões, 27 de agosto de 1957.

(aa.) Romeu Sebastião Neves, presidente da Comissão. José de Miranda Ramos, Ulisses Longo, Laerte Ramos Vieira, Lenoir Vargas Ferreira, Lauro Locks, Osni de Medeiros Régis, Gerhard Neufferth.

Aprovado em sessão de 6-9-57. (a.) Estanislau Romanowski, 2º secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

A Comissão de Redação de Leis apresenta a exame e aprovação a seguinte redação final ao PROJETO DE LEI N. 129/57.

Autoriza a abertura de crédito especial

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 1.432.231,20 (um milhão quatrocentos e trinta e dois mil duzentos e trinta e um cruzeiros e vinte centavos), para atender, no corrente ano, ao pagamento do pessoal do Serviço de Luz e Força, cujos vencimentos ficaram a cargo do Governo, em face da transferência de tais serviços para a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. (ELFFA), uma vez que optaram aqueles servidores pela sua permanência no Quadro de

Servidores do Estado.
Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S. C., em 10 de setembro de 1957.

(a.) Heitor de Alencar Guimarães, relator.

Aprovado por unanimidade o parecer supra.

Em 10 de setembro de 1957.

(aa.) Laerte Ramos Vieira, presidente da Comissão. Heitor de Alencar Guimarães, Paulo Preis, Frederico Kuerten

Aprovada a redação final.

Lavre-se o ato.

Sessão de 10-9-57.

(a.) Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

PROJETO DE LEI N. 133/57

Declara de utilidade pública

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Clube das Mães" fundado em 27-11-54, com sede na cidade de Rio do Sul.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1957.

(a.) Orlando Bertoli, deputado.

JUSTIFICAÇÃO

Encontramos nos próprios estatutos do "Clube das Mães" as razões que nos mandam considerar de utilidade pública aquela notável instituição:

"É uma sociedade civil, de fins beneficentes... (art. 1º).

Terá por finalidade: a) a promoção de festas públicas ou particulares, para a angariação de fundos necessários ao atendimento da infância desamparada e assistência pré-natal à mãe pobre;

a) o patrocínio do Natal e Páscoa da criança pobre;

c) a realização de palestras públicas pelo aprimoramento especial e cultural de um programa de ação baseado nos postulados cristãos" (Art. 3º dos Estatutos).

São os motivos porque contamos com o apoio dos senhores deputados para a aprovação da medida ora pleiteada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1957.

(a.) Orlando Bertoli, deputado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

O presente processo contém matéria de finalidade altruística, qual seja a declaração de utilidade pública do "Clube das Mães" da cidade de Rio do Sul.

Merece aprovação e, pelos documentos que o instruem, o projeto é legal e constitucional.

S. S., 27-8-57.

(a.) Lenoir Vargas Ferreira, relator.

Aprovado por unanimidade.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1957.

(aa.) Romeu Sebastião Neves, presidente da Comissão. José de Miranda Ramos, Ulisses Longo, Laerte Ramos Vieira, Lauro Locks, Osni de Medeiros Régis, Gehard Neufferth.

Aprovado em 1ª discussão.

Em, 9-9-57.

(a.) Volney Colaço de Oliveira, relator.

Aprovado em 2ª discussão.

A redação final.

Em, 9-9-57.

(a.) Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

A Comissão de Redação de Leis apresenta a exame e aprovação a seguinte redação final ao

PROJETO DE LEI N. 133/57
Declara de utilidade pública

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Clube das Mães" fundado em 27-11-54, com sede na cidade de Rio do Sul.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1957.

(a.) Paulo Preis, relator.

Aprovado por unanimidade o parecer supra.

Em, 10 de setembro de 1957.

(aa.) Laerte Ramos Vieira, presidente da Comissão. Paulo Preis, Heitor de Alencar Guimarães, Frederico Kuerten.

Aprovada a redação final.

Lavre-se o ato.

Sessão de 9-10-57.

(a.) Volney Colaço de Oliveira.

PROJETO DE LEI N. 140/57

Estado de Santa Catarina.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 19 de agosto de 1957.

OF. N. 1.006.

Senhor presidente.

Tenho a honra de submeter à esclarecida apreciação dessa alta Assembléia o incluso projeto de lei, que autoriza a abertura, por conta do saldo do exercício anterior, o crédito especial de noventa e oito mil, trezentos quatro cruzeiros

(Cr\$ 938.304,00) para pagamento de dívidas de exercícios findos, conforme discriminação constante do corpo do mencionado projeto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

(a.) Jorge Lacerda, Governador.

Excelentíssimo senhor deputado Ruy Hülse, Digníssimo presidente da Assembléia Legislativa — Nesta.

101ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 1956, AS 14 HORAS

(Continuação do número anterior)

cadadas do Vale do Itajaí, tanto pela riqueza do seu solo como, pelo trabalho dos homens que empregam as suas atividades; mas, sr. presidente, essa progressista localidade, embora distando 15 Kms. da cidade de Presidente Getúlio, não tem serviço de Correios e Telégrafos, motivo porque é uma medida que se torna necessária, já que alcança uma população que está longe dos centros citadinos.

Assim sendo, esta providência se fôr levada a efeito pelas autoridades federais, fornecerá o anseio da população de Mirador.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Os srs. deputados que estão de acordo com o requerimento, queiram permanecer sentados.

(Pausa).

Aprovado.

A presidência diante da "Questão de Ordem" levantada pelo sr. deputado Lenoir

Vargas Ferreira, entende que o requerimento de urgência poderá ser apreciado pelo plenário em qualquer ocasião uma vez que é apresentado por um líder. Portanto, tem procedência a "Questão de Ordem" levantada pelo sr. deputado Lenoir Vargas Ferreira e para tanto, a presidência vai submeter à apreciação da Casa.

Os srs. deputados que aprovam o requerimento de urgência, queiram permanecer sentados.

(Pausa).

Aprovado.

Não há oradores inscritos a Hora do Expediente.

Livre a palavra.

Com a palavra o sr. deputado Luiz de Souza.

O SR. LUIZ DE SOUZA — Sr. presidente e nobres srs. deputados. Na sessão de ontem, tivemos o prazer de ouvir a palavra inteligente, serena e brilhante do ilustre deputado Lenoir Vargas Ferreira. E antes mesmo de pronunciar o seu nome, apenas em face de três adjetivos que eu havia pronunciado, com muita exatidão, já me agradecia o ilustre parlamentar.

O sr. Lenoir Vargas Ferreira — O que ocorre é que sabia que o ilustre orador que ocupa a tribuna, viria responder as humildes palavras por mim proferidas.

Veja v. excia que também o deputado Estivalet agradecia, pois, que ambos sabíamos, que v. excia, ocuparia a tribuna para rebater nossas palavras.

O SR. LUIZ DE SOUZA — Nem por isso perderam a razão de ser, as referências justas e elogiosas às qualidades que já agora posso atribuir aos meus dois queridos parlamentares.

Mas, sr. presidente, o assunto que me trouxe à tribuna, se relaciona com procedimento do Governo do Estado, face ao pagamento das cotas devidas aos municípios. Refiro-me as críticas que s. excia., o deputado Lenoir Vargas Ferreira, fazia ao sr. Governador Jorge Lacerda, em relação a não publicação do pagamento das cotas devidas ao município, quando o Governador Lacerda possuía uma das maiores coberturas de imprensa. Estas não se justificavam já que sua excia., o sr. Governador, trazia em dia suas contas e a par disso grandes realizações eram empreendidas.

Em diversas oportunidades do discurso, s. excia. frisou que, no Orçamento do nosso Estado, havia a consignação de uma verba de cinquenta milhões, destinada ao pagamento das cotas aos municípios e, até aquele momento, o Governo já havia, conforme tivemos oportunidade de apertar-lhe, pago cotas no montante de cinquenta e dois milhões de cruzeiros.

Já agora, não mais no acalorado dos debates, podemos afirmar a Casa, desta tribuna, satisfazendo ao deputado Vargas Ferreira, que os dados que s. excia. reclamou, não foram publicados pelo sr. Governador do Estado.

Entretanto, o sr. Governador não pode ser taxado de mau pagador e caloteiro, como já parece ter sido denominado por órgãos possedistas, mesmo porque s. excia. não faz jus a tal epíteto.

O orçamento consignou uma verba de cinquenta milhões e s. excia. já pagou cinquenta e dois milhões.

E, dentro da previsão orçamentária, s. excia. pagou quanto podia. Não se diga que esses cinquenta e dois milhões tives-

sem sido destinados, apenas a municípios governados por Prefeitos que dão apoio ao Governo do Estado. Municípios outros, dirigidos por Prefeitos de correntes partidárias diversas daquela que apoiam o Governo, também já receberam as referidas quotas. Podemos citar, entre esses, os municípios de Chapecó, Criciúma, Erval d'Oeste, Ibirama, Indaial, Itajaí, Laguna, Palhoca, Rio Negrinho, Tijucas e Tubarão.

O sr. Paulo Preis — V. excia, me permite um aparte?

O SR. LUIZ DE SOUZA — V. excia, tem o aparte.

O sr. Paulo Preis — V. excia, citou o município que represento. Pergunto a v. excia se está em condições de me informar qual o montante que deve receber o meu município no ano, em curso, bem assim quanto já recebeu e quanto ainda falta receber?

O SR. LUIZ DE SOUZA — V. excia, faz a mim, modesto representante de Jaraguá do Sul, uma pergunta cuja resposta, com toda exatidão e segurança, melhor ficaria se fosse dado por v. excia, mesmo, porque, nesta Casa, tem se revelado um parlamentar dedicado e devotado às coisas de Criciúma.

Quero crer que, quando me faz tal pergunta, já se têm engatilhados os dados exatos. Se v. excia. quiser informar-se a respeito da pergunta que me acaba de fazer, ficarei muito satisfeito.

O sr. Paulo Preis — Declaro a v. excia, que desconheço, com exatidão, esses dados. Posso, entretanto, informar a v. excia, que o sr. Prefeito não recebeu nem a metade que lhe deve caber. Parece que as quotas a receber somam um total de um milhão e meio de cruzeiros.

O SR. LUIZ DE SOUZA — Estava me referindo, sr. deputado, aos municípios cujos Prefeitos não pertencem às convicções políticas do Governo, e que receberam também as quotas devidas.

O sr. Ivo Silveira — V. excia, me permite um aparte?

O SR. LUIZ DE SOUZA — V. excia, tem o aparte.

O sr. Ivo Silveira — Estranho que v. excia, tenha trazido a relação dos municípios que receberam as quotas e não tivéssemos trazido pelo menos, as parcelas enviadas a esses municípios.

O SR. LUIZ DE SOUZA — Ontem o líder do PSD, da tribuna, falou com respeito às quotas a que têm direito os municípios do Estado de Santa Catarina. Ele não estava inteirado de tudo que cabe aos municípios mórmente ao total que cabe aos municípios, motivo porque, julguei necessário, esclarecê-lo, mesmo quanto ao calote (disse calote, e não Galloti) que o Governo quis passar nos municípios.

O sr. Osni Régis — Por lei que regula o assunto, o Governo do Estado deveria pagar essa quota até o final do 1º semestres. Mas até o momento o Governo do Estado não deu um único centavo sequer, a nenhum município, cujos prefeitos não são do grupo governista. E entre aqueles eu quero incluir o município de Lajes.

(Apartes solicitados simultaneamente).

(Continua no próximo número)